

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Licenciatura em Ciências Sociais

BRUNO MARQUES SCHAEFER

**SENTIDOS E REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO DOCENTE EM SITES DE
PROFESSORES PARTICULARES: ENTRE PRECARIZAÇÃO E LIBERDADE**

PORTO ALEGRE

OUTUBRO DE 2020

BRUNO MARQUES SCHAEFER

**SENTIDOS E REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO DOCENTE EM SITES DE
PROFESSORES PARTICULARES: ENTRE PRECARIZAÇÃO E LIBERDADE**

Trabalho de Conclusão submetido ao curso de graduação em Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Professora Responsável: Doutora Rosimeri Aquino da Silva.

PORTO ALEGRE

OUTUBRO DE 2020

AGRADECIMENTOS

Em 2012, entrei na UFRGS no bacharelado em Ciências Sociais e me formei em 2015. Durante esse período, troquei de habilitação e concluí grande parte das disciplinas da licenciatura, mas não concluí o curso, porque não me sentia pronto para entrar em sala de aula. Apesar de sempre querer ser professor, e ter experiências familiares que baseavam essa escolha, acabei por não conseguir vencer o medo e timidez que, na minha perspectiva de então, precisavam ser superados. Entre a formação no bacharelado e agora, finalmente, a conclusão dessa etapa (superados os temores), concluí o mestrado, trabalhei como vendedor, dei consultorias e, então, consegui entrar em sala de aula. Com frustrações, expectativas e “sucessos”, entrei em sala de aula e “sobrevivi”, e, bem por isso, devo muitos agradecimentos.

Em primeiro lugar, quero agradecer à professora Rosi pela orientação neste trabalho, mas também a orientação e conselhos sobre o trabalho docente, que me foram muito úteis nesta etapa. Agradeço aos colegas das disciplinas Estágio I e II, as discussões em sala de aula e o compartilhamento de experiências constituíram uma das coisas mais prazerosas durante esse período.

Agradeço aos meus pais, Maira e Romário, mas, principalmente, minha mãe, que sempre foi meu exemplo para tentar seguir essa carreira e com quem pude conversar e me aconselhar. Agradeço a minha companheira, Mariah, pelo total apoio, dicas e ombro, sempre pronta a me ouvir sobre as desventuras em sala de aula. Sem você, tudo seria mais difícil. És meu porto seguro nesses dias cinzas.

Agradeço aos amigos professores que compartilharam comigo suas próprias frustrações e sucessos, Luiz Otavio, Alex, Vitória, Tiago, Otávio e Bernardo. Em um contexto de ataques e abandono da educação pública, ter certeza de poder discutir, criticar, elogiar, arrancar um pouco dos cabelos, em meio a experiências em sala de aula foi essencial para a manutenção da sanidade. Agradeço também aos amigos que, apesar de não estarem dando aulas, foram essenciais na escuta e dicas: Zirbes, Cássio, Ana, Melissa, Joelsom...

Quem escreve (quem pinta ou esculpe ou compõe música) sabe sempre o faz e quanto lhe custa. Sabe que deve resolver um problema. Pode acontecer que os dados de partida sejam obscuros, pulsionais, obsessivos, nada mais do que uma vontade ou uma lembrança. Depois, porém, o problema se resolve na escrivainha, interrogando a matéria sobre a qual se trabalha – matéria essa que tem suas próprias leis naturais, mas, ao mesmo tempo, traz consigo a lembrança da cultura que carrega (o eco da intertextualidade).

Humberto Eco, Apostilas a O Nome da Rosa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Layout site Superprof	p.28
Figura 2: Layout site Profes	p.28
Figura 3: Dendograma CHD	p.33
Figura 4: AFC Corpus Textual. Classes e palavras	p.34
Figura 5: Análise de similitude do Corpus Textual	p.35
Figura 6: Imagem no texto: “Marketing para professores: 7 dicas para decolar”	p.40

Resumo: Neste trabalho, trato do mercado de aulas particulares no Brasil, a partir do estudo de duas plataformas de *E-learning*: Profes e Superprof. Como outras empresas da economia do compartilhamento, esses sites se caracterizam pela comercialização de bens intangíveis, relações entre clientes (alunos) e fornecedores (professores). Meu problema de pesquisa se desdobra em uma série de questões, com o objetivo de entender: quais são as representações que essas plataformas produzem sobre os professores? Como são as experiências e os regimes de trabalho dos docentes nestas plataformas? Como esse tipo de trabalho se relaciona com transformações mais gerais da precarização do trabalho, em geral, e do trabalho docente, em particular? Para responder estas perguntas, utilizo três fontes de dados empíricos: (1) textos produzidos pelas próprias plataformas em seus sites que dão dicas aos professores cadastrados; (2) questionário estruturado com uma amostra da população de professores particulares; e (3) entrevistas em profundidade. A análise destas informações foi realizada através da Análise de Conteúdo e Análise Crítica do Discurso (ACD). Os achados, apesar de serem parciais, indicam que a produção de representações sociais dos professores nestas plataformas tende a focar em aspectos discursivos do que Boltansky & Chiapello (1999) chamam de “novo espírito do capitalismo” e suas formas de legitimação: a necessidade de um trabalhador criativo, flexível e adaptável, em um contexto geral de precarização do trabalho. Os professores cadastrados nestas plataformas tendem a ter alta escolarização formal e utilizam-nas como forma de complementar renda. Por fim, a diferença de status formal das disciplinas tende a ter impacto sobre a procura e o formato das aulas particulares.

Palavras-Chave: E-learning; Economia do Compartilhamento; Análise de Conteúdo; Precarização; Uberização.

Abstract: In this work, I try to deal with the private lessons market in Brazil, based on the study of two E-learning platforms: Profes and Superprof. Like other companies in the sharing economy, these sites are characterized by the sale of intangible goods, relationships between customers (students) and suppliers (teachers). My research problem unfolds in a series of questions, in order to understand: what are the social representations that these platforms produce about their teachers? How are the experiences and work regimes of teachers on these platforms? What does this type of work relate to general transformations in the precarious work, in general, and the teaching work, in particular? To answer these questions, I use three sources of empirical data: (1) articles produced by the platforms themselves on their websites that give tips to registered teachers; (2) structured questionnaire with a sample of the population of private teachers; and (3) in-depth interviews. The analysis of this information was performed through Content Analysis and Critical Discourse Analysis (CDA). The findings, despite being partial, indicate that the production of social representations of teachers on these platforms tends to focus on discursive aspects of what Boltansky & Chiapello (1999) call “the new spirit of capitalism” and its forms of legitimation: the need for a creative, flexible and adaptable worker, in a general context of precarious labor. Teachers registered on these platforms tend to have high formal education. They use these platforms as a way to supplement their income. Finally, the difference in formal status of academic areas tends to have an impact on the demand and format of private lessons.

Key words: E-learning; Sharing Economy; Content Analysis; Precariousness; Uberization.

SUMÁRIO

1. Introdução	p.09
2. Revisão Bibliográfica	p.12
2.1 Trabalho e suas transformações	p.12
2.2 Nova Gestão Pública na Educação e Precarizações	p.14
2.3 Uberização e Economia do Compartilhamento	p.17
2.4 Uberização e Economia do Compartilhamento na Educação	p.21
2.5 Disputa Conceitual: Precarização e Empreendedorismo	p.26
3. Dados e Métodos	p.28
3.1 Os Sites	p.28
3.2 Coleta de Dados e Técnicas de Análise	p.29
4. Análise dos Resultados	p.32
4.1 Análise de Conteúdo e ACD: Empreendedorismo e didática: ou a didática do empreendedorismo?	p.32
4.1.1 Didática	p.36
4.1.2 Financeiro	p.37
4.1.3 Internet e Conectividade	p.39
4.1.4 Marketing Pessoal	p.39
4.1.5 Discussão	p.41
4.2 Questionário e Entrevistas: Variações do mercado	p.42
4.2.1 “A voz é meu instrumento de trabalho”	p.44
4.2.2 Discussão	p.48
5. Considerações Finais	p.50
6. Referências Bibliográficas	p.54
7. Anexos	p.58

1. Introdução

No dia primeiro de julho de 2020¹, em meio ao descontrole da pandemia do novo coronavírus no Brasil, entregadores (*motoboys*) vinculados a empresas da chamada “economia do compartilhamento” (SLEE, 2017), como Rappi, Uber e Ifood entraram em greve em várias capitais do Brasil. Entre as reivindicações dos trabalhadores estavam aumento do valor da entrega por km rodado, auxílio doença em caso de contrair o novo coronavírus, a disponibilidade EPI’s (equipamentos de proteção individual)², seguro contra roubo, entre outras³. Os motoristas destas empresas, apesar de prestarem serviço, não se vinculam a elas de maneira formal, trabalhando sob demanda; não possuem sindicato e exercem sua ocupação sem uma série de proteções ainda garantidas pela Legislação brasileira⁴, apesar das mudanças proporcionadas pela reforma trabalhista de 2017⁵ (FRANCO & FERRAZ, 2018; VERCE, 2019).

Essas novas formas de trabalho, conceituadas enquanto precarização, flexibilização, uberização e/ou trabalho sob demanda (*on demand*), desafiam tanto a ação política (no que concerne à mediação de demandas entre trabalhadores e Estado, usualmente realizadas pelos sindicatos), quanto à análise sociológica, que tem só recentemente atentado para esses atores sociais como objetos de pesquisa (ABILIO, 2019, ver anexo 1). Além do que expõem mudanças estruturais no capitalismo sentidas desde ao menos a década de 70, e intensificadas a partir do século XXI. Como apontado por um dos líderes do movimento grevista, Paulo Lima (Galo): “A uberização do trabalho é global, não só dos entregadores. É impossível e nem devemos parar esse movimento, mas é preciso regrá-lo. Se querem crescimento, expansão, isso deve ser feito com responsabilidade”⁶. A análise que o líder faz de seu movimento, mas, principalmente, do contexto econômico e político em que suas demandas estão inseridas, demonstra que esses vínculos mais flexíveis e porosos entre empregador e empregado constituem uma realidade que abarca, e irá abarcar, diversos setores profissionais.

¹ <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/08/entregadores-de-aplicativos-remarcam-nova-greve-para-dia-25-de-julho>, acesso em 29 de julho de 2020.

² <https://www.saudevida.com.br/importancia-do-uso-de-epi/>, acesso em 29 de julho de 2020.

³ <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/06/29/brequedosapps-promove-mobilizacao-e-pede-apoio-a-greve-dos-entregadores.htm>, acesso em 30 de julho de 2020.

⁴ Apesar de várias mudanças nessa legislação a partir de 2017.

⁵ Lei nº 13647, de 2017. Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm, acesso em 20 de agosto de 2020.

⁶ <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/06/29/brequedosapps-promove-mobilizacao-e-pede-apoio-a-greve-dos-entregadores.htm>, acesso em 30 de julho de 2020.

Na educação, formas de contratação precarizada de professores e a própria inserção de formas de trabalho “sob demanda” são sentidas também há tempo considerável. De acordo com Venco (2019), em seu estudo sobre a uberização do trabalho docente no estado de São Paulo, a contratação de professores sem concurso, pagamentos reduzidos e cargas horárias estendidas, é um processo que ocorre em conjunto com a ideia – neoliberal – da necessidade de se reduzir o tamanho do Estado (OLIVEIRA, 2015). Com foco na “responsabilidade fiscal”, iniciativas de contratação de professores como “trabalhadores sob demanda” tem se proliferado no Brasil. Uma das mais destacadas foi a tentativa da prefeitura de Ribeirão Preto (SP), que intentava instituir uma espécie de Uber dos professores da rede municipal, sob a qual me dedico mais adiante.

Para além de iniciativas na rede pública de ensino, há também um crescimento de plataformas digitais de professores particulares (*E-learning*), que funcionam de forma semelhante a outros aplicativos como Uber, Rappi, Ifood e AirBnb: o profissional (professor) faz um anúncio, é procurado por um cliente (aluno) e entrega um serviço (aula), sendo que ambos são mutuamente avaliados e ranqueados. Neste trabalho, foco nessas plataformas como objeto de pesquisa. Em específico, o objetivo é analisar a experiência de professores e professoras nos sites Superprof⁷ e Profes.

Entre a finalização de meu mestrado e início do doutorado, em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), fiz anúncio em uma dessas plataformas como professor de sociologia e tive duas alunas. A experiência como professor particular foi interessante e se desdobrou em uma série de questionamentos que busco responder neste trabalho. Em meu problema de pesquisa se inserem uma série deles: (a) como são as experiências dos professores nesses sites? (b) Quais as dificuldades e potencialidades dessa modalidade de ensino? (c) Em termos gerais, o que a existência de sites como esses significa para a docência em um contexto de transformações do mundo do trabalho? (d) Quanto da renda mensal dos professores é extraída desses sites? (e) Como esses sites produzem a representação do que seria um professor particular?

Para responde-las, parto de três fontes de dados distintas: textos publicados pelos próprios sites com “dicas” para seus professores particulares, um questionário estruturado aplicado com professores com cadastro ativo em plataformas desse tipo e entrevistas com alguns dos respondentes. O ponto foi observar como professores aderem às plataformas de aulas particulares e como entendem e qualificam a experiência. Trabalhos sobre a

⁷ <https://economictimes.indiatimes.com/wealth/earn/startup-superprofs-helps-students-learn-from-the-best-experts-without-having-to-relocate/articleshow/55386996.cms>, acesso em 19 de agosto de 2020.

temática dessa economia do compartilhamento da educação tem enfocado, sobretudo, na experiência de alunos (SCHOR et al, 2016; CARFAGNA, 2018). Desta forma, essa pesquisa visa dar início ao preenchimento da lacuna de pesquisas sobre educadores e essas novas formas de trabalho docente.

O trabalho está organizado da seguinte maneira: além da introdução, trago, na próxima sessão, a discussão em torno dos conceitos de uberização, precarização, flexibilização e trabalho sob demanda associados ao trabalho docente; na sessão três, discuto a coleta de dados e os métodos de análise; na sessão quatro são apresentados os resultados finais e, por fim, teço considerações finais.

2. Revisão Bibliográfica

2.1 Trabalho e suas transformações

O conceito de trabalho foi, e é, central para a Sociologia desde o surgimento da disciplina. Como afirma Sorj (2000), apesar dos clássicos das Ciências Sociais - Weber, Durkheim e Marx – terem marcado suas análises sobre temas mais amplos, a partir de distintas perspectivas teóricas, o conceito de trabalho aparece em suas obras como um dos objetos centrais, dadas as profundas transformações que as sociedades europeias passaram ao longo do século XIX e início do século XX. O advento da fábrica, a divisão social do trabalho, a transformação de identidades e papéis sociais, a partir dessas próprias mudanças, foram materiais para parte considerável da obra dos “clássicos” (WEBER, [1905], 2004; DURKHEIM [1893], 1977; MARX & ENGELS [1846], 2015, para citar algumas das obras).

Como tributários principalmente das análises de Marx, e em alguma medida de Durkheim, com sua apropriação por parte de Parsons e o desenvolvimento do funcionalismo, os sociólogos do trabalho, ao longo da primeira metade do século XX, tiveram como objeto de pesquisa o estudo do trabalhador assalariado, em particular na grande indústria. Como Sorj (2000) indica, o *locus*, tanto para a análise social quanto para as proposições de ação política, foi a fábrica. Na virada do século XIX e XX no continente europeu, e ao fim da primeira metade do século XX em diversos países da América Latina, há a formação dos primeiros direitos sociais relacionados ao trabalho, legislações encampadas por Estados nacionais, como mediadores da relação capital-trabalho, criação de sindicatos de trabalhadores e mesmo a inserção política dos trabalhadores a partir de partidos socialistas, principalmente na Europa (DUVERGER, 1992). Para Sorj (2000), o período do fim da Segunda Guerra é analisado usualmente como “a Idade de Ouro do capitalismo”.

A partir da década de 70, mas sobretudo nas décadas de 80 e 90, diversos são os processos de reestruturação produtiva que impactam o trabalho, como a adoção do modo de produção taylorista, a terceirização, contratações temporárias e por meio período. Para Hirata (2002, p.122), a passagem do modelo de produção fabril-industrial para um novo modelo de produção poderia ser caracterizada pela:

(...) passagem de uma produção de massa padronizada para uma produção de massa ou em pequena escala, mas flexível, com preeminência de critérios de qualidade dos processos e dos produtos;

introdução de novas tecnologias de base microeletrônica; uma organização produtiva com a preocupação de aperfeiçoar a gestão de fluxos, com divisão menos acentuada do trabalho, integração mais pronunciada de funções, maior impulso para a formação e reprofissionalização da mão-de-obra direta [...]; uma organização do trabalho substituindo a noção de posto pelo conceito de trabalho de equipe [entre outros].

Esses processos, aliados a mudanças nos discursos em relação ao trabalho e desmantelamento do chamado Estado de Bem-Estar Social ensejaram o diagnóstico de que o conceito de trabalho não seria uma categoria essencial tanto para a Sociologia, quanto para a ação política. O livro de André Gorz: “Adeus ao proletariado: para além do socialismo”, publicado nos anos 80, é um dos representantes dessa “virada ideacional”. Para o autor, a crise do/no trabalho seria uma crise do marxismo como paradigma de análise e atuação política. No entanto, como observa ainda Sorj (2000), é preciso atentar para que trabalho e de que trabalhador se fala quando se diz que o “trabalho acabou”. A análise tendo por objeto o trabalho na grande indústria pode ser considerada “coisa do passado” (mesmo assim, em contextos específicos), porém, a análise do trabalho não (LIMA & BRIDI, 2019). A diversificação das ocupações profissionais, períodos, articulações coletivas, não acaba com a necessidade de que a grande maioria da população tenha que vender a sua força de trabalho para sobreviver.

Para autores como Boltansky e Chiapello (1999) o que estaria em marcha, além das mudanças estruturais, seria também um “novo espírito do capitalismo”. Transformações na forma de se enxergar o processo de acumulação capitalista e o papel de gerentes e trabalhadores nele⁸. O conceito de “espírito” é definido enquanto: “(...) a ideologia que justifica o engajamento no capitalismo” (BOLTANSKY & CHIAPELLO, 1999, p.39), um conjunto de valores e normas que servem como legitimação de si, e dos outros, no processo de acumulação de lucros. Sorj (2000) traz como exemplo desse processo, a fala um executivo da empresa de telefonia norte-americana AT&T na década de 90, para ele: “(...) as pessoas devem ver a si mesmas como trabalhadores autônomos, como vendedores que vêm para esta companhia vender suas habilidades” (MEADOWS *apud* SORJ, 2000, p.31). A capacidade de vender habilidades e competências, principalmente oriundas de formações educacionais específicas – em um contexto de economia cada vez mais tecnológica – joga o “peso” do sucesso, e do fracasso, no

⁸ “Um dos eixos principais da nova estratégia das empresas, como vimos, foi o grande crescimento daquilo que, a partir dos anos 80, foi chamado de flexibilidade, que possibilitou transferir para os assalariados e também para os subcontratados e outros prestadores de serviço o peso da incerteza do mercado” (BOLTANSKY & CHIAPELLO, 1999, p.240).

indivíduo, diminuindo-se os laços coletivos que permeavam, ao longo dessa “Idade de Ouro do Capitalismo”, a própria ideia de trabalho. Observa-se, neste sentido, por um lado, transformações estruturais da economia capitalista e, por outro, mudanças nas formas de discurso em relação ao trabalho. Esses dois sentidos possuem impactos sobre as formas como trabalhadores e trabalhadoras enxergam a si próprios e colegas no cotidiano.

Para os defensores dessas transformações, o que estaria em jogo seria maior flexibilidade para o trabalhador: podendo determinar seu horário de trabalho, vender a si próprio sem “depende” de sindicatos ou outros agentes coletivos, enquanto sob o signo da crítica, o que estaria em jogo seriam alterações mais profundas: precarização do trabalho, terceirização, desmantelamento de redes de proteção social, entre outros. Sobre esse ponto, retomo a discussão ao final do debate teórico. Agora, foco no impacto dessas transformações no caso da educação brasileira.

2.2 Nova Gestão Pública na educação e precarizações

Um dos aspectos de mudança estrutural do capitalismo, mais destacados pela literatura, é a transformação no papel do Estado (HARVEY, 2008). Se no início do século XX, em Estados democráticos ou autoritários, havia certo consenso sobre a necessidade do Estado tanto como regulador do capitalismo, quanto agente econômico (modelo keynesiano), ocorrem sensíveis mudanças a partir da década de 70. O novo consenso emergente, a partir principalmente das vitórias de candidatos conservadores como Ronald Reagan (EUA) e Margaret Thatcher (Inglaterra), é da necessidade de ajustes fiscais (cortes no gasto público), redução do papel do Estado na economia (privatizações) e foco no mercado como agente que se autorregula (STREEK, 2018). Esse tipo de discurso possui ressonâncias no Brasil, e na América Latina em geral, desde a década de 90. Como apontado por Oliveira (2015), esse processo, no Brasil, recebe o nome pomposo de “modernização do Estado”, a partir da introdução de técnicas de gestão de empresas privadas sobre a coisa pública (Nova Gestão Pública – NGP), com especial destaque sobre a educação, e seus trabalhadores.

Para Oliveira (2015), a aplicação da NGP na educação surge sob o signo da contradição. Se por um lado, concorda-se com a necessidade de maior democratização do ensino (em um contexto de reabertura democrática do próprio país), por outro lado, a ênfase desse processo se dá sob o aspecto da racionalidade administrativa e avaliações

periódicas (em um contexto de privatizações do setor público). Ainda conforme Oliveira (2015, p.632):

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996 (LDB 9394/96) representou a culminância desse movimento contraditório, pois seu texto espelha ao mesmo tempo as demandas por maior democratização da educação com equidade social, refletindo a ampliação dos direitos sociais, garantindo a expansão da escolaridade e o reconhecimento à diferença, ao mesmo tempo em que reforça nova racionalidade escolar atribuindo centralidade aos processos de avaliação como mecanismo regulador e maior flexibilidade administrativa às escolas e ao sistema.

Os processos de avaliação da educação passam por testes, nacionais e internacionais, padronizados⁹ (OLIVEIRA, 2005). Esses processos inferem notas às escolas e às redes¹⁰, o que, por sua vez, possui impacto, entre outras coisas, sobre o financiamento, atuação dos profissionais e o “mercado educativo”. Oliveira (2015) aponta que esse tipo de política se orienta por uma lógica consumista, em que os pais e alunos (clientes) poderão ir em busca das escolas melhores ranqueadas no sistema. Outra crítica ao sistema de avaliação é que, justamente, por ser padronizado, acaba por ignorar desigualdades pré-existentes. O impacto sobre a atuação de profissionais (gestores e educadores), também é sentido, na medida em que orientam suas ações em torno de melhores resultados na avaliação (MESQUITA, 2012). Para Venco (2016), a uniformização dos processos avaliativos acaba por se tornar: “(...) uma tentativa de prescrever o trabalho intelectual praticado pelos docentes” (2016, p.404), engessando a criatividade do trabalho em sala de aula.

A NGP, além do apego às formas estandardizadas de avaliação escolar, enfoca, sobretudo, na responsabilidade fiscal como “bússola” do gasto público. Neste sentido, a contratação e o trabalho dos professores torna-se precária em ao menos três formas: (i) a contratação em maior número de professores não efetivos, ou seja, que não passaram por concurso público, e possuem menos direitos trabalhistas em relação aos professores efetivos; (ii) o aumento da carga horária dos professores da rede; (iii) uniformização dos currículos a partir da necessidade de avaliações periódicas da “qualidade” da educação (VENCO, 2016; 2019). A precarização se refere, desta forma, a escassez no acesso de

⁹ Oliveira (2015, p.635): “(...) Prova Brasil e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), além da participação no Programme for International Student Assessment (Pisa), além do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)”.

¹⁰ Municipais e Estaduais.

benefícios sociais, o caráter temporário do emprego, impotência para exercer direitos no local de trabalho, entre outros fatores (ARAÚJO & MORAIS, 2017). O aumento de contratos temporários na educação, e aumento da carga horária dos professores efetivos, neste ponto, acaba por ser defendido por gestores públicos, e por parte considerável da imprensa, como parte de um ajuste fiscal necessário e contínuo. Como apontado por Araújo do Vale (2020), os dois processos andam juntos: diminuição do tamanho do Estado e aumento da precarização do trabalho.

Em trabalho sobre a precarização do trabalho docente (e aplicação da NGP) no estado de São Paulo, Venco (2019) aponta que a distinção nas formas de contratação acaba por engendrar conflitos entre os professores. A autora identifica, a partir de entrevistas e análise de dados quantitativos, três grupos de professores, que se diferenciam, justamente, pelas formas de contratação e como observam sua função e a educação de modo geral.

Os dois primeiros grupos (Grupo A: “a caminho da desistência” e Grupo B: “em defesa da escola pública”) eram formados por professores efetivos (com concurso público), mas que avaliavam sua atuação de formas distintas. No grupo A, formado por professores com mais tempo de carreira, os testemunhos coletados pela autora convergem no sentido da resignação, cansaço em relação a ocupação profissional, e desistência em “lutar” contra políticas educacionais, como a avaliação e padronização constante. Para os docentes do grupo B, mais jovens, tendia a persistir testemunhos de resistência e crítica para com determinações da Secretaria de Educação do estado que se calcam na NGP. Por fim, o grupo C (“nós somos a escola”), era constituído de professores não efetivos, ou seja, admitidos na rede estadual através de contratos temporários. Entre esses educadores, majoritariamente jovens e ainda sem a conclusão do ensino superior, imperava o que Venco chama de “pedagogia do improvisado” (2019, p.12). Como o trabalho é temporário e muitas vezes os membros desse grupo devem substituir os membros dos outros grupos, a estratégia é a preparação de aulas *ad hoc*, que sirvam para diferentes disciplinas, em diferentes momentos. Em relação aos professores efetivos, um dos testemunhos ilustra como os professores temporários, ou não efetivos, os enxergavam: “*Eles são muito reclamações... só ficam pedindo mais e mais. Eles não querem dar aula..nós, sim, nós temos energia e somos pau pra toda obra*” (VENCO, 2019, p.13). O fato de que “eles” não querem dar aula, e “nós” queremos, demonstra o conflito entre diferentes status profissionais e visões de mundo. As transformações do capitalismo, como apontado

anteriormente, não se dão somente ao nível estrutural, mas possuem efeitos sobre a ação dos indivíduos, e como eles se enxergam. A crítica, neste sentido, de um dos professores do grupo C, não recai sobre as políticas de precarização, mas sobre os demais professores, o que possui ressonância, como Venco (2019) coloca, sobre articulações coletivas e demandas políticas.

Meu objetivo aqui, porém, não é esgotar o debate. O ponto é observar que a discussão em torno da precarização do trabalho se encontra balizada em evidências de transformações globais das formas de organização do Estado, acumulação de capital e alterações nos discursos dos atores sociais. Passo agora à análise dos conceitos de uberização e economia do compartilhamento, e também à exposição de como tais conceitos se relacionam com a educação.

2.3 Uberização e Economia do Compartilhamento

A economia do compartilhamento pode ser definida como: “(...) uma onda de novos negócios que usam a internet para conectar consumidores com prestadores de serviço para trocas no mundo físico, como aluguéis imobiliários de curta duração, viagens de carro, e tarefas domésticas” (SLEE, 2017, p.33). Empresas como Uber (transporte de passageiros), AirBnb (hospedagem), Fiver (contratação de freelances), Blablacar (caronas), Ratesetter (empréstimos), Handy (serviços domésticos)¹¹, se caracterizam por produzir bens econômicos intangíveis¹²: relações entre prestadores de serviço e consumidores (LIMA & BRIDI, 2019, p.326). O compartilhamento, nesta forma, seria o fato de a plataforma possibilitar que alguém com uma viagem marcada pudesse oferecer um banco no carro em troca de uma compensação financeira (Blablacar), entre outras possibilidades semelhantes, com produtos diferentes a oferecer ao cliente.

O caso do AirBnb é pioneiro. A empresa surgiu na Califórnia (EUA), a partir de dois estudantes, em 2007. Com o objetivo de fechar as contas do mês, os dois (Brian Chesky e Joe Gebbia), abriram seu apartamento a visitantes que iriam a um Congresso acadêmico na cidade, e a partir daí criaram a empresa que se baseia no compartilhamento de quartos e apartamentos a preços, usualmente, abaixo do mercado de hotéis (em 2019

¹¹ <https://consumervaluecreation.com/2019/02/24/handy-creating-two-sided-value-in-the-sharing-economy/>, acesso em 12 de agosto de 2020.

¹² <https://www.ns-businesshub.com/technology/sharing-economy-companies-list/>, acesso em 12 de agosto de 2020.

a companhia possuía o valor de mercado de 35 bilhões de dólares¹³). Nesta narrativa de sucesso, contatada pelos próprios fundadores, constam dois elementos extremamente “louvados” na economia do compartilhamento (SLEE, 2017): (a) o fato de se basear na confiança interpessoal ao compartilhar a própria casa com estranhos (ou o carro, o trabalho, o tempo), e (b) o uso de uma capacidade subaproveitada (o sofá da sala, ou um quarto, um carro) como forma de ganhar um dinheiro extra (“fechar as contas do mês”).

Conforme Slee (2017), esses dois pontos são recorrentes na ilusão biográfica de fundadores, funcionários, acionistas e defensores dessas empresas. A ilusão biográfica, tal como formulada por Bourdieu (2014, p.75): “(...) inclinação a tornar-se ideólogo da própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos significativos, estabelecendo entre eles conexões que possam justificar sua existência e atribuir-lhes coerência (...)”, acaba por encobrir a estrutura econômica sobre a qual se erguem essas empresas. Como demonstrado por Slee (2017), os fundamentos autodeclarados da economia do compartilhamento não se sustentam empiricamente. Em primeiro lugar, a ideia de confiança interpessoal se dilui pelo uso de algoritmos e avaliações ranqueadas¹⁴; e, em segundo lugar, os aderentes desta modalidade econômica não se utilizam de capacidades subaproveitadas, mas da força de trabalho como forma de garantir sustento, e não “complementar as contas do fim do mês”.

O trabalho de Ke (2017), por exemplo, demonstra que, no caso do AirBnb, há um reforço de desigualdades socioeconômicas e raciais pré-existentes nos EUA: os anfitriões com maior renda, escolaridade e brancos tendem a ser melhor avaliados que os anfitriões com menor renda, escolaridade e negros, mesmo com outros fatores estatisticamente controlados. No caso da Uber, o trabalho de Yanbo et al (2016), demonstra que passageiros negros tendem a esperar mais que passageiros brancos, o que reforçaria que, apesar – ou bem, por isso – do uso de algoritmos, tendências discriminatórias se mantêm em empresas “novas”.

Para além da falácia da confiança, o ponto que merece destaque é a forma de trabalho nessas empresas. No caso brasileiro, a Uber possuía, no ano de 2018, 600 mil trabalhadores (20% do total global da empresa). O crescimento vertiginoso, entre 2014 e 2018, se explica, conforme Lima e Bridi (2019), pelo contexto econômico do país, com

¹³ <https://www.statista.com/statistics/339845/company-value-and-equity-funding-of-airbnb/>, acesso em 12 de agosto de 2020.

¹⁴ Os trabalhos de Tarcízio Silva tratam da temática do racismo algorítmico, para uma introdução ver Silva (2019).

aumento do desemprego e crise. Ou seja, os trabalhadores dessa empresa, no Brasil, têm neste emprego sua principal, e muitas vezes única, fonte de renda, e não utilizam uma capacidade subutilizada, dado que muitos ainda alugam carros para poder rodar a cidade e pegar corridas.

A atuação da Uber e sua forma de contratação transformaram-se em conceito sociológico e verbo: uberização. O conceito possui várias definições, mas aqui utilizo o proposto por Franco e Ferraz (2018, p.845):

A uberização do trabalho representa um modo particular de acumulação capitalista, ao produzir uma nova forma de mediação da subsunção do trabalhador, o qual assume a responsabilidade pelos principais meios de produção da atividade produtiva.

Ou seja, a uberização se refere a uma forma de contratação extremamente flexível, em que o trabalhador possui o meio de produção (no caso da Uber, um carro), não tem garantias trabalhistas, autorregula seu horário de trabalho e está sempre disponível à empresa. A Uber, assim como outras empresas da economia do compartilhamento, retira parte do valor do trabalho (no caso de uma corrida entre 25% e 30%), dos trabalhadores, logo, estes usualmente têm uma carga horária extremamente intensa para compensar os gastos com a própria manutenção de seu meio de produção (ABILIO, 2019). A empresa, por sua vez, não se responsabiliza por quaisquer gastos que, usualmente, uma companhia dessa natureza teria (licenças maternidade, doença, contribuição previdenciária, entre outros), bem como sobre eventos que podem ocorrer em uma corrida: insultos, brigas, discriminações de toda sorte, e mesmo violências (por parte dos motoristas¹⁵ ou contra eles¹⁶). Além do que, não paga impostos ao Estado, tal como empresas que realizam o mesmo serviço, como táxis. Trata-se de uma acumulação de capital extensiva e sem precedentes (KAYE-ESSIEN, 2019).

Outro aspecto que deve ser mencionado é que a ideia de flexibilidade do trabalho tende a coadunar, principalmente nas campanhas de marketing da empresa, com o discurso empreendedor anteriormente mencionado. O fato de que um motorista pode determinar quantas horas trabalha, em quais dias, com seu próprio carro, tende a ser peça de campanhas publicitárias, uma tentativa de subjetivação da ideia de “seja seu patrão” (KAYE-ESSIEN, 2019, p.05). No entanto, essa “liberdade” é extremamente limitada pelas regras da empresa. Por exemplo: os motoristas devem aceitar no mínimo 90% das

¹⁵ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50685127>, acesso em 18 de agosto de 2020.

¹⁶ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/04/motorista-de-aplicativo-e-assassinado-em-porto-alegre-ck8lrw8gf01la01o5nnydflyb.html>, acesso em 18 de agosto de 2020.

corridas e devem manter avaliações altas (4,5 de 5 estrelas): o que implica em custos adicionais como limpeza constante dos carros e “brindes” aos passageiros. Se não cumprem essas exigências acabam por ser excluídos da plataforma. Ou seja, se o vínculo fosse colaborativo, e de compartilhamento, exclusivamente, não acarretaria um padrão rígido do que é necessário para ser um motorista da empresa¹⁷.

Slee (2017), aponta, para além do discurso da confiança e da renda extra, que essas empresas tendem a se auto referenciar como disruptivas, colocando em cheque setores econômicos monopolizados e/ou decadentes, além de regulações “atrasadas”. Desta forma, a inovação tecnológica torna-se determinística, apontando uma direção de futuro. Mercados anteriormente regulados pelo Estado, como serviços de hotéis e táxis, deveriam ser substituídos por plataformas digitais mais “ágeis” e autorreguladas, em uma visão neoliberal da economia. Segundo o próprio CEO da Uber em 2015, Travis Kalanick:

Quase todas as vezes que tentamos abrir uma loja em uma nova cidade, há uma indústria poderosa com aliados poderosos que tenta parar o progresso. A única razão pela qual eles não tiveram sucesso é por sua causa. É porque sempre há um punhado de pilotos e motoristas do Uber que decidem se levantar e falar para uma nova maneira de fazer coisas que tornam suas vidas um pouco mais fáceis (KALANICK apud KAYE-ESSIEN, 2019, p.10)¹⁸.

Ou seja, na visão dos executivos há uma disputa entre “aliados poderosos”, o Estado e suas regulações, contra uma economia pujante que “torna a vida das pessoas mais fácil”. É importante observar, seguindo o exposto por Kaye-Essien (2019) e Slee (2017), que a empresa se beneficia da própria ausência de políticas públicas de transporte, como forma de crescer.

Em termos práticos, há que se considerar também que esse processo tem consequências importantes sobre a arrecadação de impostos pelos governos, a ocupação do espaço urbano (caso do AirBnb), garantia de direitos trabalhistas, entre outros fatores. Em termos conceituais, oferece um desafio à sociologia, na medida em que esse “determinismo tecnológico” pode ser naturalizado. Como mencionado por Lima & Bridi

¹⁷ Nos Estados Unidos, diversos advogados trabalhistas têm questionado na Justiça do país o status de trabalhadores das empresas da economia do compartilhamento, principalmente a Uber. Como esses motoristas devem seguir as regras de empresa, com risco de “demissão”, o argumento é de que deveriam ser pagos como outros trabalhadores. Fonte: <https://www.washingtonpost.com/business/2019/11/07/uber-drivers-say-they-are-owed-millions-dollars-wage-theft-case-against-company/>, acesso em 18 de agosto de 2020. No caso brasileiro, uma decisão judicial do TST (Tribunal Superior do Trabalho), deu ganho de causa à Uber em processo semelhante, ainda cabem recursos. Fonte: <https://www.conjur.com.br/2020-fev-05/turma-tst-nega-vinculo-emprego-entre-uber-motorista>, acesso em 21 de agosto de 2020.

¹⁸ Original: “Nearly every time we try to set up shop in a new city, there’s a powerful industry with powerful allies who try to stop progress. The only reason they haven’t succeeded is because of you. It’s because there’s always a handful of Uber riders and drivers who decide to stand up and speak out . . . for a new way of doing things that makes their lives a little easier”.

(2019), a análise social deve levar em conta que inovações técnicas se desenvolvem em um contexto mais amplo, de transformações do capitalismo. A opção, em muitos casos, nacional, de não regular os serviços de empresas da economia do compartilhamento, expõe o conflito político mais profundo entre pressões de atores econômicos emergentes e resistências do mundo do trabalho.

2.4 Uberização e Economia do Compartilhamento na educação

No caso da educação, o processo de uberização pode ser lido de diferentes formas. Pode se referir ao (a) processo de precarização do trabalho docente: contratação de professores por tempo determinado, aumento da carga horária de trabalho, uniformização de currículos e estandardização das avaliações, entre outras características, que já foi mencionado anteriormente nesta revisão (VENCO, 2019). Pode se referir também (b) à mudança da própria educação, através da inserção de empresas da economia do compartilhamento, facilitando relações de compra e venda de aulas – particulares – entre professores e alunos, por meio de aplicativos e sites (Superprof, Profes), mas também de plataformas gratuitas conhecidas como MOOC – Massive Online Open Course¹⁹, geralmente mantidas por Universidades²⁰. Ou, mesmo, (c) a interseção entre tecnologia e formas de contratação, em formato flexível, tais como a Uber e outras empresas. Sobre esse último aspecto, são significativas iniciativas como a da prefeitura de Ribeirão Preto (SP)²¹, e o aplicativo Prof-E.

A prefeitura de Ribeirão Preto, comandada por Duarte Nogueira (PSDB)²², propôs, em 2016, a instalação de um Uber para contratação professores na rede municipal pública. A iniciativa previa a constituição de um cadastro de professores que seria ativado pelas escolas no momento em um docente faltasse a uma de suas aulas. Por exemplo, se o professor da matemática da escola X não se apresentasse ao trabalho no dia Y, o cadastro seria ativado e o professor de matemática escolhido teria que se apresentar na escola X em até trinta minutos, recebendo, posteriormente, um valor financeiro somente pela aula

¹⁹ <https://www.ufrgs.br/bibpsico/2018/02/o-que-sao-moocs-massive-open-online-courses/>, acesso em 18 de agosto de 2020.

²⁰ Diversas plataformas MOOC oferecem cursos gratuitos a seus participantes. Essa forma de compartilhamento tem início com universidades estadunidenses como Harvard e o MIT, mas têm grande aderência no Brasil. A USP, por exemplo, possui a Veduca como plataforma de cursos online, enquanto a UFRGS possui a plataforma Lumina. Neste último caso, os cursos e os certificados são gratuitos e abertos a sociedade. Justamente por isso, e por não possibilitarem interação entre aluno e professor, na maioria dos casos, não considerei essas plataformas na análise.

²¹ <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2020/01/uberizacao-precarizacao-professores/>, acesso em 12 de agosto de 2020.

²² <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/professor-uber-a-precarizacao-do-trabalho-invade-as-salas-de-aula/>, acesso em 12 de agosto de 2020.

dada, sem retribuição pelo tempo de deslocamento ou outros direitos. A proposta não chegou a ser aprovada, após críticas do Sindicato de Professores do Estado, mas demonstra a intersecção entre tecnologia e flexibilização/precarização do trabalho na educação.

O caso do aplicativo Prof-E²³ é semelhante, pois provê um cadastro de professores “disponíveis” a escolas e faculdades, direcionando a relação entre ambos no caso de algum docente regular não estar presente para dar aulas. Para os professores, existe o custo mensal de manter seu nome no cadastro²⁴, variando entre R\$ 20,00 e R\$ 40,00.

Neste trabalho, enfoco a inserção de empresas da economia do compartilhamento na educação, enquanto plataformas que facilitam relações de compra e venda de aulas – particulares – entre professores e alunos. Sobre esse aspecto, a sociologia ainda não se debruçou de maneira sistemática (CARFAGNA, 2018), apesar do crescimento e diversificação dessas empresas²⁵. Tratam-se de companhias de *E-learning*, como Superprof²⁶, Takelessons²⁷, Profes²⁸, Udemmy²⁹, entre outras. As duas primeiras, que tiveram lucro médio de 2.7 milhões de dólares e 11.7 milhões, respectivamente, funcionam de forma semelhante a Uber. Oferecem um cadastro de professores em diferentes áreas de ensino e os “conectam” com alunos dispostos a ter aulas particulares. Os valores das aulas são definidos pelos professores, sendo que estes são ranqueados e recomendados pelos alunos (notas variando de 1 a 5). A principal fonte de financiamento das plataformas são o pagamento de mensalidades (ou anuidades) por parte dos alunos e dos professores. No caso destes últimos, o valor é cobrado se o educador visa querer mais “visibilidade” na plataforma.

A plataforma Profes, que é brasileira, oferece um modelo semelhante que, no entanto, inclui outras funcionalidades, como tarefas e perguntas. Os professores cadastrados podem responder perguntas e realizar tarefas para os alunos, neste caso participando de uma espécie de leilão invertido: quando uma tarefa é solicitada pelo site, o professor com o menor preço acaba sendo o escolhido pelo solicitante para realiza-la. O site oferece três

²³ <https://prof-e.net.br/historia>, acesso em 12 de agosto de 2020.

²⁴ <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2020/01/contratacao-uberizada-de-professores-por-aplicativo-ja-e-realidade/>, acesso em 12 de agosto de 2020.

²⁵ <https://www.owler.com/company/superprof1>, acesso em 12 de agosto de 2020.

²⁶ <https://www.superprof.fr/>, acesso em 12 de agosto de 2020.

²⁷ <https://takelessons.com/>, acesso em 18 de agosto de 2020.

²⁸ <https://profes.com.br/>, acesso em 18 de agosto de 2020.

²⁹ <https://www.udemy.com/>, acesso em 18 de agosto de 2020.

planos para os professores: (1) básico (grátis), (2) profissional (R\$ 38,90 por mês) e (3) Premium (R\$ 58,90 por mês)³⁰.

O caso da Udegy é diferente. A empresa não conecta alunos e professores para terem aulas, mas funciona como um repositório de cursos (videoaulas), também nos mais diversos assuntos. Os professores que vendem os cursos recebem uma parcela do valor a cada nova inscrição. O lucro da empresa, em 2019, foi de mais de 100 milhões de dólares³¹.

Em comum, essas quatro empresas, e outras do setor de *E-learning*, servem como intermediárias da relação entre consumidores (alunos) e fornecedores (professor), através de aulas particulares ou cursos. Neste sentido, como as demais companhias da economia do compartilhamento, se caracterizam por produzir mercadorias sem materialidade, pois seu produto consiste nas próprias relações fornecedor-cliente/consumidor e, nesse caso específico professor(fornecedor)/aluno (cliente). O que se vende é a possibilidade de “encontro” entre esses pares. (LIMA & BRIDI, 2019).

Sobre as experiências de professores e professoras nessas plataformas ainda há escasso interesse acadêmico nas Ciências Sociais, como mencionei anteriormente. No entanto, sobre as experiências de alunos, e suas interações, destaco brevemente aqui os trabalhos de Schor et al (2016) e Carfagna (2018).

A partir de Bourdieu e os desenvolvimentos da sociologia (e economia) relacional (ZELIZER, 2010), Schor et al (2016) analisaram empiricamente quatro experiências de economia do compartilhamento nos Estados Unidos: banco de horas, artesanato, mercado de produtos orgânicos, e uma plataforma de educação para o empreendedorismo (trato especificamente desta última).

A ideia das autoras foi observar como se davam as trocas entre participantes da economia do compartilhamento tendo em vista suas diferenças de capitais (culturais, sociais e econômicos). O ponto foi problematizar em que medida experiências que se pretendem igualitárias podem reproduzir desigualdades pré-existentes, o que as autoras chamam do paradoxo da abertura e distinção. Se, de um lado, essas plataformas se propõem, como apontei na subseção anterior, serem instrumentos de compartilhamento entre “iguais”, do outro, constituem espaços que se assemelham a campos sociais

³⁰ <https://profes.com.br/professor/planos/>, acesso em 18 de agosto de 2020.

³¹ <https://www.owler.com/company/udemy>, acesso em 18 de agosto de 2020.

(BOURDIEU, 2012), ou circuitos econômicos (ZELIZER, 2010, p.303), caracterizados por trocas desiguais entre os membros.

O conceito de campo social, tal como formulado por Bourdieu, se refere a um microcosmo do social, dotado de regras e capitais próprios. Neste sentido, o campo universitário seria diferente do campo político, em termos dos capitais que diferenciam os agentes, as habilidades e *habitus* aceitos e compartilhados. Schor et al (2016), apontam, no entanto, assim como outros autores e autoras na Sociologia (LAHIRE, 2002), que o conceito de campo acaba sendo estático. Possíveis mudanças dos capitais e *habitus* aceitos não são considerados por Bourdieu (2012). Bem por isso, as autoras se valem do conceito de circuitos econômicos, definido através de cinco critérios pela pesquisadora Viviana Zelizer:

(a) relações sociais distintas entre indivíduos específicos; (b) **atividades econômicas compartilhadas exercidas por meio dessas relações sociais**; (c) criação de sistemas de contabilidade comuns para avaliar as trocas econômicas, por exemplo, formas especiais de dinheiro; (d) **entendimentos compartilhados sobre o significado das transações dentro do circuito, incluindo sua avaliação moral**; e (e) uma fronteira separando membros do circuito de não membros, com algum controle sobre as transações que cruzam a fronteira (ZELIZER, 2010, p.304, grifos meus)³².

Como o conceito de campo, a ideia de circuito econômico leva em conta a existência de fronteiras entre participantes e não participantes, no entanto, com menor rigidez na apreensão do fenômeno. Para Schor et al (2016) as plataformas digitais, da economia do compartilhamento pelas autoras analisadas, são circuitos econômicos em formação, com relação distintas entre indivíduos específicos, atividades econômicas compartilhadas, partilha entre os membros do significado moral de transações e formação de fronteiras entre membros e não-membros.

A plataforma Winterpreneur (nome fictício), analisada pelas autoras, oferece cursos virtuais de habilidades para o empreendedorismo (marketing digital, negócios, desenvolvimento de páginas de internet), a custo de 0 a 25 dólares (SCHOR et al, 2016, p.75), além de promover encontros entre empreendedores e alunos. O capital no interior do circuito, almejado pelos participantes em nome do sucesso e crescimento, seria alcançado através de duas formas: a negação de meios tradicionais de educação e emprego e a adoção de uma cultura do “risco”, em termos de se tornar empreendedor. Questões

³² Tradução de: “(a) distinctive social relations among specific individuals; (b) shared economic activities carried on by means of those social relations; (c) creation of common accounting systems for evaluating economic exchanges, for example, special forms of monies; (d) shared understandings concerning the meaning of transactions within the circuit, including their moral valuation; and (e) a boundary separating members of the circuit from nonmembers, with some control over transactions crossing the boundary”.

estruturais são deixadas de lado em troca da lógica de que todo e qualquer participante da plataforma pode vir a abrir uma *start-up* e se tornar “seu próprio chefe”. Conforme as autoras, através de entrevistas e observação participante, o “consenso” do circuito acaba também por deixar de lado aqueles que se pretendem críticos a desigualdades pré-existentes. O ambiente, afinal de contas, é dominado por homens (65%) e brancos (80%). Essa configuração não é problematizada pelos entrevistados, dado que o Winterpreneur se apresenta como um local neutro em termos de gênero e raça/cor, que, porém, demanda assimilação das normas dominantes, ao invés da inclusão de diferenças (SCHOR et al, 2016, p.77). Neste sentido, ao mesmo tempo em que propugna abertura gera distinção.

Carfagna (2018), também analisa o caso de estudantes de empreendedorismo em plataformas digitais, através de entrevistas e observação participante, nos EUA. A autora se preocupa com a análise de (a) como esses estudantes aprendiam por meio desses sites, e (b) como se daria a relação entre a lógica neoliberal de foco no indivíduo como seu próprio regulador, e o *ethos* de compartilhamento que essas plataformas buscam projetar sobre si próprias.

Os participantes entrevistados, jovens, se diferenciavam em dois grupos: aqueles afetados pela crise de 2008, posterior recessão e empregos precarizados (tentando se recolocar no mercado de trabalho), e aqueles com maior capital cultural, que não foram diretamente afetados pela crise, mas estavam nas plataformas para se colocarem no mercado de trabalho. Essa tensão entre colocação e recolocação, no entanto, não impediu que existissem valores compartilhados entre os alunos, que estabelecem fronteiras entre os membros do grupo e aqueles de fora. Assim como observado por Schor et al (2016), a crítica a educação e os empregos tradicionais é uma constante. O discurso dos alunos dessas plataformas, no contexto analisado por Carfagna (2018), é produto de uma pedagogia que leva em conta o aprendizado de técnicas de empreendedorismo e valores de uma cultura de risco e de flexibilidade.

Nos dois casos, aqui brevemente revisados, é possível observar que os alunos das plataformas digitais, que se pretendem futuros empreendedores, compartilham valores, normas e sentidos para suas atividades que tendem a convergir na crítica à educação e aos empregos tradicionais. Esse tipo de visão acerca da realidade acaba por favorecer a ideia de que o riscos, e os benefícios, seriam exclusivamente dos indivíduos, e não de Instituições, Estado, ou situação econômica geral. Desta forma, há, entre os membros do circuito, uma aceitação explícita de princípios liberais, ou até neoliberais, de como se reger a economia (BOLTANSKY & CHIAPELLO, 1999). A ideia de precarização tende

a ser naturalizada, na medida em que observam que os avanços tecnológicos “determinariam” essas formas de trabalho.

2.5 Disputa Conceitual: Precarização e Empreendedorismo.

O objetivo desta seção do trabalho foi apresentar brevemente parte da bibliografia que versa sobre as (1) transformações recentes do capitalismo no que tange ao trabalho; (2) a ideia de precarização na educação; (3) o avanço da economia do compartilhamento; e (4) seu impacto na educação. A partir desse levantamento é possível tecer algumas considerações iniciais.

O foco nas transformações estruturais do capitalismo, desde ao menos a década de 70, com a intensificação do discurso neoliberal enquanto política a ser seguida, a diminuição da intervenção estatal na economia (como agente e regulador), a flexibilidade do trabalho e o discurso de independência do tipo “seja seu próprio patrão”, possibilita grandes transformações no que se entende por trabalho e emprego (BOLTANSKY & CHIAPELLO, 1999). Essas transformações são um desafio teórico e metodológico para a Sociologia, e, bem por isso, demandam inovações (ABILIO, 2019; CARFAGNA, 2018; SCHOR et al, 2016). Por um lado, os defensores do capitalismo flexível, e a sua variante na economia do compartilhamento, tendem a dividir esse ponto de vista em diversos argumentos: (1) a ideia de que as inovações tecnológicas tornam *inevitáveis* novas formas de trabalho, (2) regulações estatais são obsoletas e se impõem sobre a criticidade de indivíduos; (3) o trabalho flexível possibilita maior liberdade para trabalhadores e consumidores; e (4) o compartilhamento reforçaria a confiança social. Como apontado por Slee (2017), entre outras (ABILIO, 2019; LIMA & BRIDI, 2019; FRANCO & FERRAZ, 2018), estes argumentos tendem a não resistir à análise empírica, dado que empresas como Uber e AirBnb tendem a reforçar desigualdades pré-existentes, se valem de brechas em leis para acumularem o maior lucro possível, e tendem a não garantir o mínimo de condições de trabalho dignas para seus “colaboradores” (KAYE-ESSIEN, 2019).

A crítica às novas formas de organização do capitalismo, na literatura até aqui inventariada, tende a se centrar nos aspectos da precarização e flexibilização do trabalho, maior acumulação do lucro entre menos empresas (criação de monopólios e oligopólios), baixo crescimento econômico e incremento de desigualdades (inclusive com o desinvestimento na educação pública). Essa análise, por mais acurada que seja, no entanto, não pode encobrir a necessidade de mais pesquisas sobre como operam essas

empresas da economia do compartilhamento (nos mais diversos setores), e como consumidores e fornecedores conferem sentido às suas ações e experiências.

Abilio (2019) em seu estudo sobre motoboys e bikeboys em São Paulo ressalta, por exemplo, que esses trabalhadores tendem a não “comprar” o discurso oficial das empresas, mas também não conseguem outros postos de trabalho dada a situação de crise econômica e desemprego no Brasil. Kaye-Essien (2019), em análise sobre os motoristas de Uber em Accra (Gana), chega à conclusão semelhante: 80% dos entrevistados não se consideram ser seus próprios patrões, mas necessitam seguir trabalhando. Situação diferente é vivida em outros setores. A economia do compartilhamento na educação (para o empreendedorismo), por exemplo, conforme ressaltado por Schor et al (2016) e Carfagna (2018), tende a formar circuitos econômicos que se baseiam em valores comuns: a rejeição da educação formal, dos empregos tradicionais e o apego a uma cultura de risco individualista.

3. Dados e Métodos

3.1. Os sites

Neste trabalho, enfoco nos casos das plataformas de *E-learning* (economia do compartilhamento educacional), Superprof e Profes, por serem as maiores no Brasil. As duas foram mencionadas anteriormente, mas cabe ainda algumas informações. O site Superprof surge em 2013³³, na França, e se espalha gradativamente no mundo, contando, em 2018, com mais de quatro milhões de professores em seu cadastro. No Brasil, iniciou as atividades em 2016. O layout inicial do site (Figura 1) expõe um buscador com as opções da matéria que o(a) aluno(a) quer aprender e a cidade em que está. O Profes³⁴ é uma plataforma brasileira, surgida em 2012, que conta com cerca de 30 mil professores cadastrados, e mais de 160 mil alunos (conforme a sua própria contabilidade). O layout é semelhante ao do Superprof (Figura 2).

Figura 1: Layout site Superprof.



Figura 2: Layout site Profes.



³³ <https://www.superprof.com.br/blog/equipe-competente-e-eficaz/>, acesso em 18 de agosto de 2020.

³⁴ <https://profes.com.br/info/quem-somos/>, acesso em 18 de agosto de 2020.

Além de oferecerem um cadastro de professores, os sites possuem blogs com textos orientando tanto os alunos quanto professores. No primeiro caso, geralmente, versam sobre métodos e dicas de estudo. No segundo, tratam de técnicas de marketing pessoal e conselhos de carreira, por exemplo, como ser um MEI (Microempreendedor Individual)³⁵. Ainda possuem textos escritos pelos professores bem ranqueados de seu cadastro, sobre temas diversos.

3.2 Coleta de Dados e Técnicas de Análise

Para responder as questões iniciais do trabalho, busquei coletar dados em três fontes: a partir de textos dos blogs das plataformas, questionários estruturados com professores que possuem cadastro nelas e entrevistas abertas com os docentes. Os textos foram selecionados pelo critério temporal, entre 2019 e metade de 2020, com o intuito de observar como as plataformas orientam seus professores em termos da didática das aulas e no marketing pessoal para se “vender” no mercado. Ao todo, coletei e li 22 textos: 10 do blog do Superprof e 12 do blog do Profes. Apliquei um questionário estruturado com professores das duas plataformas (anexo 3) e, posteriormente, realizei entrevistas abertas com dois dos respondentes do questionário.

A ideia inicial era conseguir uma amostra de, ao menos, 100 professores das plataformas, no questionário estruturado, de modo que fosse possível uma amostra estatística mais representativa desta população. Após a confecção do questionário, através do *Google Forms*, encaminhei e-mail para os contatos (“Fale Conosco”) de ambas as plataformas no início de junho de 2020 (anexo 2), para que pudessem compartilhar o link com sua comunidade de professores. Até o final de agosto, não obtive nenhuma resposta. A estratégia, então, foi divulgar o questionário na comunidade acadêmica da UFRGS, através das Comissões de Graduação e da Pró - Reitoria de Pesquisa (COMGRADs), e em grupos de redes sociais (como *Facebook* e *Instagram*) de professores particulares. Ao final de um mês, obtive apenas 11 respostas, o que não possibilitou a análise estatística projetada no começo da pesquisa. Os respondentes, porém, foram contatados posteriormente e aqueles que se disponibilizaram foram entrevistados a partir de um roteiro aberto (BARBOT, 2015).

³⁵ O MEI foi introduzido pela Lei Complementar 128/08 e inserido na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/06) que possibilita a formalização de empreendedores por conta própria como costureiras, salgadeiras, quitandeiros, quiosqueiros, açougueiros, verdureiro, mecânicos, professores, entre outros.

A análise dos dados se deu em duas etapas. Os textos dos blogs foram sumarizados em um corpus textual e incorporados ao software Iramuteq (CAMARGO & JUSTO, 2013; ALEIXO, 2019; RATINAUD, 2009). A partir disso, procedi a análise de conteúdo desse corpus por meio indutivo. Essa primeira fase possibilitou observar padrões entre os textos na representação do que seria “um professor particular ideal” nestas plataformas (BARDIN, 1977). Em um segundo momento, considerei o corpus e as entrevistas a partir de análise crítica do discurso (ACD) (FAIRCLOUGH, 2013; RUIZ, 2009; CHIAPELLO & FAIRCLOUGH, 2002).

A análise de conteúdo se baseia em, conforme Bardin (1977, p.28): “(...) dizer não a ilusão da transparência dos fatos sociais, recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea”. Ou seja, trata-se uma técnica, ou método, de análise que tem por objeto o texto, ou um corpus de textos, e o interpreta através de uma série de técnicas quantitativas. A pesquisa sobre um corpus textual através de análise de conteúdo teria como vantagens, conforme a autora, a “ultrapassagem da incerteza”, na medida em que a pesquisadora pode se perguntar se de fato o que leu está contido no corpus; e o “enriquecimento da leitura”, com a inclusão de variáveis, ou grupos de variáveis, que não observáveis “a olho nu”.

A partir destas formulações, várias foram as inovações nas técnicas que usualmente é utilizada a partir de dois desenhos de pesquisa: (a) dedução (a pesquisadora formula uma série de códigos para ler o texto e “encontra-los” e “conta-los” ali); e (b) indução (o próprio texto fornece os códigos que serão utilizados na análise). Como, neste trabalho, não parti de um modelo analítico precedente, considero o corpus textual através da indução.

A ACD, por sua vez, é uma técnica qualitativa de análise e tratamento dos dados. Neste sentido, leva em conta que o discurso: “(...) não é somente produto ou reflexo de processos sociais, mas parece em si próprio contribuir para a produção (e reprodução) destes processos” (TEO, 2000, p.11). Conforme Fairclough, a ACD deve possuir três características: (a) a análise da relação entre texto (discurso) e processos sociais, (b) análise sistemática de textos e (c) ter um caráter não meramente descritivo, mas normativo (2013, p.11). Ou seja, se propõe ser uma técnica de crítica à processos sociais enraizados e tidos como naturais.

A articulação destas duas formas de análise nesta pesquisa tem o intuito de triangular informações: em um primeiro momento a coleta de informações através de

técnicas quantitativas, formação de classes e, posteriormente, a interpretação destas por meio da consideração de aspectos gerais, expostos na revisão bibliográfica.

4. Análise dos Resultados

4.1 Análise de Conteúdo e ACD: Empreendedorismo e didática: ou a didática do empreendedorismo?

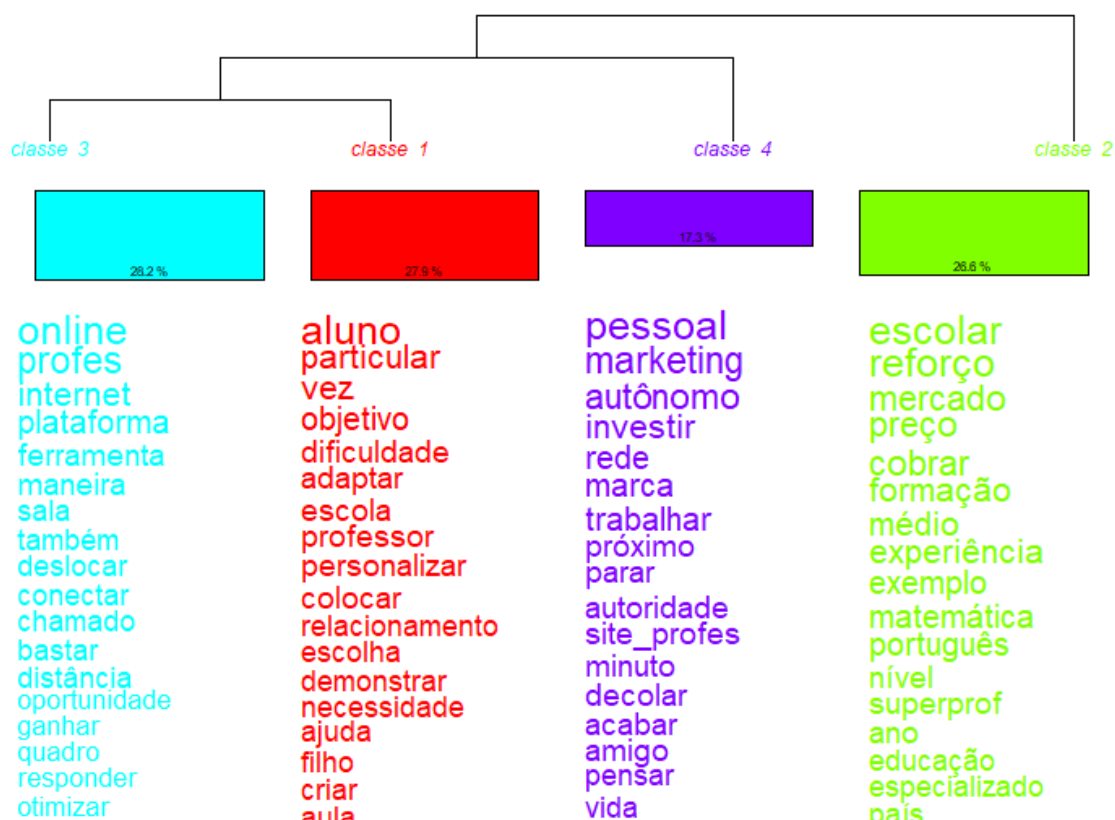
Os sites analisados possuem blogs abertos com textos direcionados a alunos e professores. No caso destes últimos, os textos versam sobre didática, planejamento de aulas e técnicas de marketing pessoal. Como apontei anteriormente, são os professores que definem o valor da aula e tanto Profes e Superprof postaram textos, durante o período analisado, com dicas sobre qual seria o valor adequado, dependendo da matéria ensinada e a cidade em que o professor estivesse.

Após coletar os textos nos sites (22 ao total), os reuni em um Corpus único (com 493 segmentos de texto, 17523 ocorrências e 3125 formas). Ao contrário de outros trabalhos que utilizam o método de análise de conteúdo, realizei a análise de forma indutiva. Ou seja, não parti de um livro de códigos ou modelo de análise definido a priori (dedução), para identifica-los no texto, mas do texto para a construção de um modelo de análise. Essa escolha possui a vantagem de diminuir possíveis vieses do pesquisador ou pesquisadora sobre a amostra de textos analisada, além de possibilitar maior agregação de informações (CERVI, 2018; MENDES et al, 2016). O instrumento escolhido para a análise foi o software livre Iramuteq (CAMARGO & JUSTO, 2013; RATINAUD, 2009).

Com o corpus no software, foram classificadas classes de palavras presentes nos textos, através do método de Reinert (1990), conhecido como classificação hierárquica descendente (CHD). O produto do método é o agrupamento de palavras, e excertos do texto, em classes que possuem o máximo de semelhança interna, e o máximo de diferença externa (clusters). Como se pode depreender da figura 3, o corpus retornou quatro classes. A primeira palavra apresentada é a mais significativa para cada uma, ou seja: classe 1, Aluno; classe 2, Escolar; classe 3, Online; e classe 4, Pessoal.

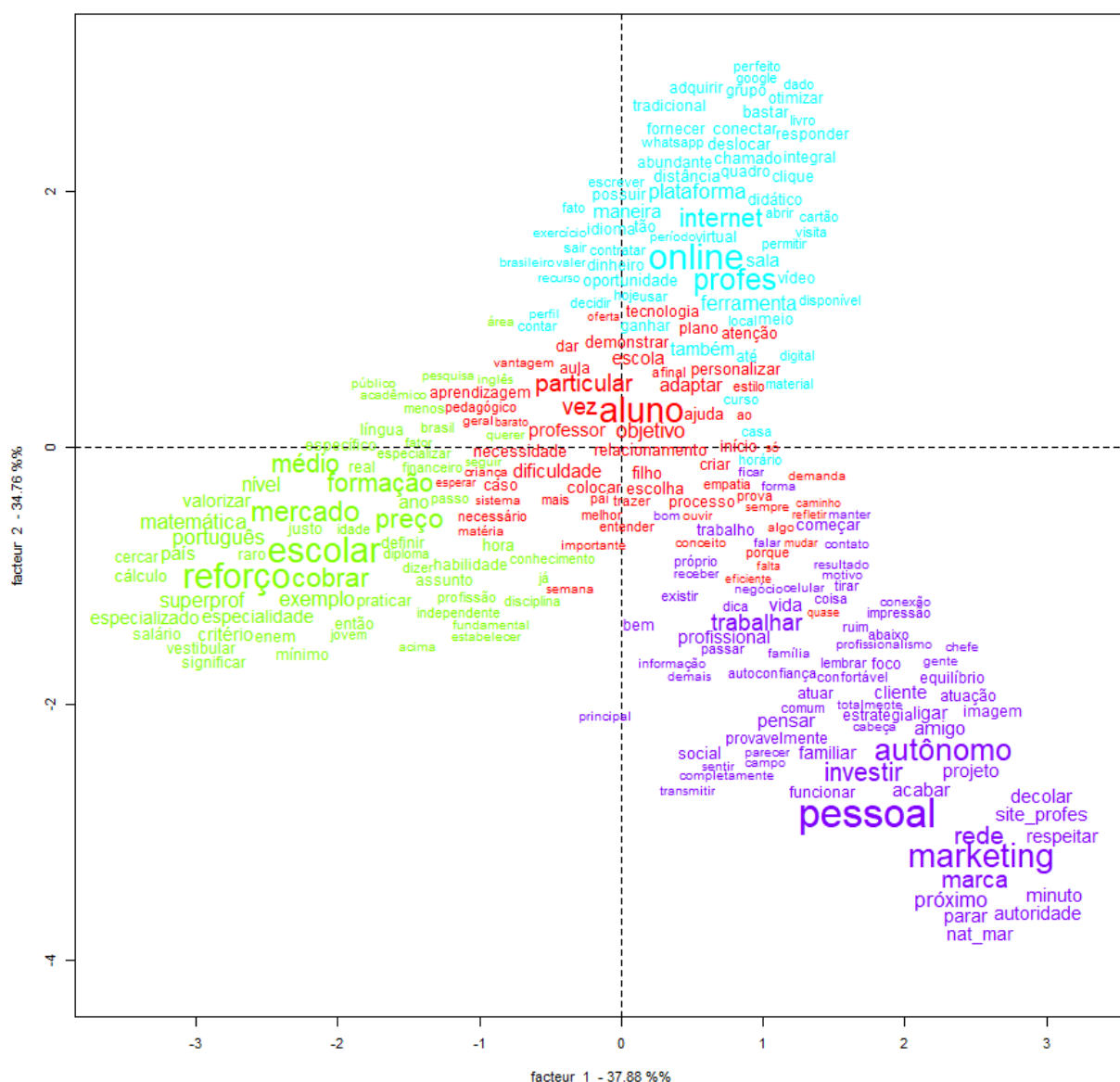
A partir do exame mais atento é possível observar que a classe 1 se refere a palavras associadas a didática como: dificuldade, adaptar, escola, professor, personalizar, totalizando 27,9% das ocorrências. A classe 2 possui palavras associadas a questões financeiras: mercado, preço, cobrar, totalizando 26,6% das ocorrências. A classe 3 palavras associadas às próprias plataformas como internet, ferramenta, online, distância, totalizando 26,2% das ocorrências. Por fim, a classe 4 se refere ao marketing pessoal: autônomo, investir, pessoal, marketing, marca, rede, totalizando 17,3% das ocorrências.

Figura 3: Dendrograma CHD.



Após essa primeira análise, tratei da distribuição das palavras e das classes a partir da análise fatorial de correspondência (AFC), também no Iramuteq. A inserção da AFC possibilita perceber o modo como se correlacionam palavras e classes (MIRANDA, 2017). Na figura 4, exponho a distribuição dos termos em um espaço binomial (dois fatores), que demonstra a distância entre eles, e a relevância de cada palavra para cada classe, dado seu tamanho no gráfico. É possível observar, por exemplo, que as classes 1 (Didática), 2 (Questões Financeiras) e 3 (Plataformas) estão próximas entre si (quadrantes inferior e superior esquerdos e quadrante superior direito), enquanto a classe 4 (Marketing Pessoal), se distancia um pouco das demais (quadrante inferior direito). Palavras associadas a venda de si, como “marketing”, “marca” e “decolar”, estão mais distantes do centro do espaço, o que indica maior exclusividade, sendo citadas em textos específicos.

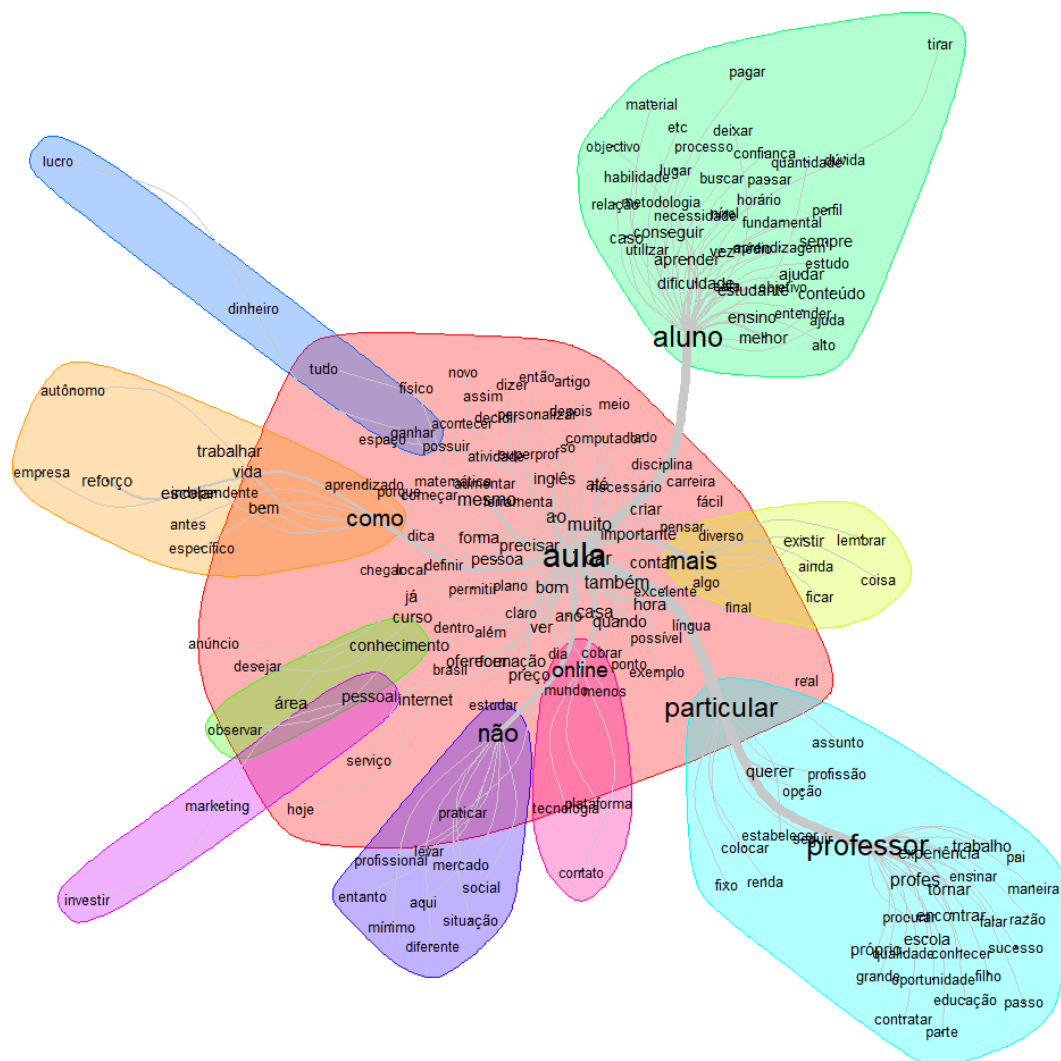
Figura 4: AFC Corpus Textual. Classes e palavras.



Considero também a técnica de análise de similitude, como forma de consideração dos textos produzidos nos blogs dos sites do Profes e Superprof. A análise de similitude, baseada na teoria dos grafos, possibilita observar o contexto de termos e expressões presentes nos textos, e suas relações. Auxilia a identificar: “(...) co-ocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras” (CAMARGO & JUSTO, 2013, p.516). Na figura 5, por exemplo, é possível observar que a palavra aula é central nos textos dos blogs, como esperado. No entanto, outras relações tornam-se observáveis. Na ligação entre as palavras: “professor” e “particular”, estão termos como “profissão”, “opção” e “querer”. O fato de querer ser um professor particular, em uma das plataformas, é uma opção de garantia de renda, mas também uma possibilidade de

profissão, ponto que retomo mais adiante. Outra conexão que se apresenta é, por certo óbvio, entre “ganhar”, “dinheiro” e “lucro”. O fato da relação entre elas estar isolada das demais (canto superior esquerdo), demonstra que são específicas de alguns dos textos considerados no corpus.

Figura 5: Análise de similitude do Corpus Textual.



Nestas primeiras análises é possível traçar uma ideia geral sobre o que as equipes desses sites produzem para seus professores cadastrados, e como os representam. Penso aqui o conceito de representação social tal qual formulado por Jodelet (1994, p.36): “(...) uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo um objetivo prático e concorrendo à construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Ou seja, trata-se de um constructo social, partilhada socialmente que tem a possibilidade/poder de construir realidades. Mendes et al (2016), ao tratar sobre a representação social dos estudantes de enfermagem, a partir das técnicas que utilizei nesta

pesquisa, demonstra que esses estudantes associam sua futura profissão (enfermagem) ao hospital, doentes e doença, e em menor número à termos como cuidado e prevenção. Para as autoras, esse achado demonstra que a representação social dos enfermeiros futuros sobre si próprios é centrada em um tipo de formação tradicional, que liga seu papel a somente uma parte de seu trabalho (hospital), desconsiderando outros aspectos da atenção à saúde.

No caso dos textos do Superprof e Profes é possível observar que a representação social dos sites sobre seus professores no cadastro tende a se centrar nos eixos da (1) didática, (2) financeiro, (3) internet e conectividade e (4) marketing pessoal. Sobre esses eixos, formados empiricamente a partir da CHD, convém trazer mais detalhes (ACD).

4.1.1 Didática

O conceito de didática é polissêmico, no sentido de que pode apreender tanto um campo de pesquisa quanto “(...) um processo que é posto em movimento quando o professor planeja e inicia a sua aula” (NÓBREGA, 2016, p.102), além do que possui mutações ao longo da história (CARDOSO, 2008). Os textos analisados nesta pesquisa versam sobre a didática a partir do processo de construção de uma aula, pelo professor, e mediação entre conteúdos “passados” e o aprendizado dos alunos.

O professor, nas representações das duas plataformas digitais, deve aplicar/construir uma didática que leve em conta aspectos como as necessidades do aluno, desejos dos pais e constante processo de mudança de acordo com o contexto. No texto: “O que é ser um bom professor particular?”³⁶, no blog do Profes:

A aula particular personalizada, individualizada é uma das metodologias pedagógicas mais eficientes, qualquer aluno pode aprender muito mais com um excelente professor particular ao seu lado. Para que as aulas particulares sejam eficientes, é essencial que se estabeleça uma empatia entre o professor particular e o aluno.

Os pontos necessários para se tornar um “bom” professor para a plataforma são: motivação, empatia, humildade, colaboração e flexibilidade, para que se possa melhorar a relação de eficiência das aulas.

No blog do Superprof, a sentença é de que: “Embora muitas pessoas ainda possam duvidar, mas fato é que as aulas particulares online são tão eficazes quanto as aulas presenciais! **O que importa é a qualidade do vínculo, da relação entre você e seu**

³⁶ <https://profes.com.br/blog/o-que-e-ser-um-bom-professor-particular>, acesso em 21 de agosto de 2020.

aluno³⁷ (grifos meus). A defesa das aulas particulares vem acompanhada da defesa da necessidade de criação, e qualidade, do vínculo entre aluno e professor. No mesmo texto:

Apoie-se também nas impressões, opiniões e conselhos dos pais e/ou dos cuidadores. Eles conhecem bem os seus filhos e podem ser grandes aliados no sucesso de sua vida escolar. Procure deixar sempre sua relação tanto com o aluno quanto com quaisquer membros da família como algo importante e seja amistoso, solícito e confiável.

Ou seja, o professor, além de preparar uma aula, deve estar “atento” a conselhos de pais e outros cuidadores para entregar um produto personalizado. Essas definições marcam o aspecto moral da educação, focando, para além de conteúdos e práticas técnicas da didática, no que o professor deveria ser para então “dar uma boa aula”. Neste sentido, o aspecto de ser “bom” transcende a própria didática em si, ressoando sobre aspectos morais do indivíduo que se pretende professor.

Silva (2018), ao analisar as transformações recentes nos currículos da educação pública brasileira com a inserção de matérias associadas ao empreendedorismo, e o foco em metodologias ativas, nota que esses processos se caracterizam pela substituição do coletivo pelo individual. Para o autor: “Ao investirem na liberdade, constrói-se um novo perfil formativo como campo de investimentos para a escolarização, materializado nas concepções de personalização e flexibilidade” (SILVA, 2018, p.555). Ou seja, há uma tendência de se pensar a educação em termos da necessidade de o ensino ser flexível, personalizado, focado nas diferenças dos alunos, perdendo-se de vista sua dimensão coletiva (e o potencial da educação – e da escola – como possível redutora de desigualdades). Esse processo é conceituado por Silva (2018), enquanto a estetização do ensino: “(...) recorrência de métodos gourmetizados, estilizados e customizados, tornando o espaço formativo da aula um grande jogo de perguntas e respostas – um *quiz*” (SILVA, 2018, p.561). No caso da representação dos professores nos sites aqui analisados, é possível enxergar resultado semelhante, sendo o foco da didática as habilidades de flexibilidade e personalização.

4.1.2 Financeiro

Alguns dos textos analisados no corpus trata da questão financeira, leia-se remuneração dos professores para as aulas dadas. É importante aqui ter em mente que as essas plataformas, como empresas da economia do compartilhamento, se especializam em produzir relações entre fornecedores e consumidores. No caso do *E-learning*, as

³⁷ <https://www.superprof.com.br/blog/reforco-escolar-atraves-de-dispositivos-moveis/>, acesso em 21 de agosto de 2020.

empresas entregam aulas a preço fixado pelos professores (fornecedores) aos alunos (consumidores). A definição do que é esse fornecedor é dada em um dos textos do Superprof: “Um professor é **um especialista em transmitir conhecimento e informações**, além de oferecer acompanhamento e orientação ao longo da vida escolar”³⁸ (grifos meus). O valor do trabalho do especialista, no entanto, seria variável na medida em que outros aspectos entram em cena, como experiência, formação, qualificações. Esse ponto é interessante, pois denota uma diferença significativa para outros setores da economia do compartilhamento. Enquanto um motorista do Uber, ou entregador do Ifood, independentemente de sua formação e/ou qualificações profissionais, realiza a mesma tarefa, sempre, com a mesma remuneração, no caso do setor das aulas particulares esse preço é variável.

Mais adiante, no mesmo texto, após realizada crítica à desvalorização dos professores da rede pública pelos governos, está posto:

Apesar de o Brasil não ser conhecido pela qualidade de sua Educação em geral, os professores de português, física, informática ou música não precisam ter receio. Para se ter uma ideia, podemos observar o valor médio cobrado pelos professores inscritos no Superprof (de todas as áreas do conhecimento): 51 reais. Imaginemos, por exemplo, que você consiga ministrar quatro aulas por semana, ou seja, 918 reais por mês. Ora, mais do que um salário mínimo em CLT, que está 880 reais por 40 horas semanais, em média!! Nada mal, não é mesmo? Além disso, segundo pesquisa realizada pelo Superprof, há um aumento de 2 reais por ano nas tarifas praticadas pelos professores.

Este excerto traz vários pontos para análise. Em primeiro lugar, há um erro factual. O salário mínimo em 2019, ano de publicação do texto, era de R\$ 998,00³⁹ e não R\$ 880,00, como afirmado. Em segundo lugar, se apresenta uma distinção entre professores de áreas rentáveis (música, informática, português e física), para depois apontar uma média de 51 reais hora/aula entre todas as áreas. A pesquisa a qual o site se refere não está disponível publicamente, o que dificulta qualquer análise com maior substância sobre essa afirmação. No entanto, pode-se observar que o site apresenta a ocupação de professor particular como uma atividade rentável em substituição a empregos regulados pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Após essa apresentação inicial, o texto expõe diferenças regionais na remuneração dos professores e dá conselhos acerca de como definir o valor da aula em passos: a) pesquisar os concorrentes no mercado, de modo a oferecer valores mais baixos que

³⁸ <https://www.superprof.com.br/blog/valores-aula-em-casa/>, acesso em 21 de agosto de 2020.

³⁹ <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/07/04/salario-minimo-ideal-dieese.htm>, acesso em 21 de agosto de 2020.

professores e professoras da mesma matéria; b) valorizar conquistas acadêmicas e a formação; e c) não praticar valor muito baixos como forma de se desvalorizar. Esses passos reforçam a lógica de concorrência do mercado competitivo: “(...) como estabelecer o seu próprio preço? Boa notícia: você é totalmente livre para fazer o que quiser”.

4.1.3 Internet e Conectividade

A classe 3, que se refere à internet e conectividade, do corpus textual, enfoca a ideia de que as plataformas digitais são o “futuro” da educação. No blog do Profes (“O Mundo das Aulas Online”⁴⁰): “Aprender nunca foi tão divertido, fácil, flexível e interativo como nos tempos atuais. Em grande parte, esse fato se deve ao avanço da tecnologia”. Aqui se depreende uma relação de causalidade entre o avanço da tecnologia e o ensino se tornar divertido, fácil, flexível e interativo. Neste cenário, o produto (aulas particulares online) se apresenta como o melhor dos mundos. Ainda no mesmo texto:

O professor online, ao vivo, traz muitos benefícios que são experimentados imediatamente: Personalizado e Acessível. Em uma sala de aula, as aulas não são adaptadas para o indivíduo, mas com aulas online, os alunos podem aprender em seu próprio ritmo e dedicar mais tempo a tópicos que eles acham difíceis.

A lógica do ensino se apresenta como individual. A educação voltada ao indivíduo seria melhor do que a educação escolar, da sala de aula: tanto de maneira online quanto através de aulas particulares presenciais. Neste ponto, o texto emite valores que são encontrados no *E-learning* pelos alunos, em outros contextos (SCHOR et al, 2016; CARFAGNA, 2018). A ideia de que a educação tradicional (escola, sala de aula, currículo comum) seria limitada e limitante, em contraposição a dinâmica “libertadora” da internet e plataformas digitais.

4.1.4 Marketing Pessoal

Por fim, o ponto que aparece em alguns dos textos é a necessidade de vender a si próprio, o marketing pessoal. Ao contrário de outras empresas da economia do compartilhamento, há, nos sites analisados, uma preocupação em explicar a seus professores que o mercado de aulas particulares é competitivo e, bem por isso, é necessário passar algum tempo pensando no preço da hora e em como produzir um anúncio atraente. Vender a si próprio, nesse caso, é diferente para motoristas da Uber ou entregadores de outros aplicativos como Ifood e Rappi. Nestes casos, a demanda pelo serviço é direcionada através de um algoritmo e o valor pago é regulado pela quantidade

⁴⁰ <https://profes.com.br/blog/o-mundo-das-aulas-online>, acesso em 21 de agosto de 2020.

de entregas realizadas, horas disponibilizadas para o trabalho e momento do dia. Não é necessário que o entregador realize um anúncio na plataforma. No caso dos professores, sim.

O texto: “Marketing para professores: 7 dicas para decolar”⁴¹, no blog do Profes, explana motivos sobre a necessidade do marketing para os docentes.

Os principais motivos para investir no seu marketing de professor autônomo: Ficar próximo dos alunos e ser lembrado recorrentemente. **Ao investir no seu marketing pessoal, você passa a entender seu cliente, os alunos, ficando mais próximo das necessidades dele e logo é lembrado constantemente.** Na prática, você estreita os vínculos com os alunos, que são justamente as pessoas que gostam de você (grifos meus).

Neste sentido, a propaganda é colocada como uma necessidade para que o professor se aproxime dos seus alunos. As estratégias para uma propaganda efetiva são várias: ser autêntico, ter cartão de visitas, ser profissional, e investir na produção de conteúdo:

Investir em conteúdo é um dos caminhos mais utilizados – e que costuma render bons frutos – para fazer sua marca pessoal decolar. Isso porque você oferece ao consumidor algo interessante, que agrega valor, com informações relevantes para sua área de atuação.

Figura 6: Imagem no texto: “Marketing para professores: 7 dicas para decolar”⁴²



As estratégias colocadas no texto são variadas, mas a necessidade de se apresentar nas plataformas e vender a si é constantemente lembrada.

⁴¹ <https://profes.com.br/blog/marketing-para-professores-7-dicas-para-decolar>, acesso em 22 de agosto de 2020.

⁴² <https://profes.com.br/blog/marketing-para-professores-7-dicas-para-decolar>, acesso em 22 de agosto de 2020.

4.1.5 Discussão

A representação do professor que emerge da análise dos textos publicados nos blogs é de um docente flexível, com uma didática personalizada a cada aluno, atento ao mercado e à competição por aulas, conectado às novidades tecnológicas e com capacidade de vender a si próprio. Essa representação coaduna com outros achados sobre a educação na economia do compartilhamento (SCHOR et al, 2016; CARFAGNA, 2018), no que concerne à oposição entre a educação tradicional e a educação “nova”, “moderna” e “empreendedora” (SILVA, 2018). Desta forma, o aspecto coletivo da educação e, essencialmente, da escola, e seu potencial de reduzir desigualdades é deixado em suspenso (DAYRELL, 2007). Forma-se, neste sentido, uma concepção de fronteira no interior do grupo (ou circuito), entre os professores de dentro (flexíveis, livres e modernos), e os de fora (irredutíveis, imóveis e atrasados). A divisão não é exclusiva desses sites, mas pode ser considerada um indicador de um processo mais geral: a estetização da educação (SILVA, 2018). O professor, neste contexto, é um empreendedor de si e aqueles que não se enquadram nessa definição não são ideais para a plataforma, o paradoxo entre abertura e distinção (SCHOR et al, 2016). Esse percurso significa desafios também para a ação política, na medida em que a mediação da relação entre patrão e empregado não se dá mais através do Estado, mas em si mesmo⁴³.

Tanto o Profes quanto o Superprof são plataformas da economia do compartilhamento e, bem por isso, se caracterizam pela produção e entrega de um bem intangível, uma relação (LIMA & BRIDI, 2019). O que entregam é a relação entre alunos e professores particulares. Neste sentido, as dicas e estratégias que as plataformas produzem em seus textos se referem a uma representação dos professores “ideais”, que conquistam mais alunos, passam mais tempo na plataforma e podem fazer dessa atividade mais do que uma forma de complementar renda, mas considerar uma profissão (mais livre do que outros empregos). Como apontei anteriormente, a liberdade apregoada pela economia do compartilhamento vem a reboque da perda de direitos trabalhistas e transformação mais geral do trabalho, em um contexto de transformações do capitalismo. A partir da ACD, é possível observar, neste sentido, a conexão entre a representação do profissional professor nestes sites e processos sociais gerais.

⁴³ Ao contrário dos alunos, porém, os professores vinculados a essas plataformas não necessariamente “compram” essa representação, dado que circulam por outros espaços, campos sociais e/ou circuitos econômicos. Agradeço a professora Rochele Fachineto por essa observação.

Chiapello & Fairclough (2002), em análise sobre o livro “*Evolve: Succeeding in the digital culture of tomorrow*”⁴⁴, de Rosabeth Kanter (professora de negócios de Harvard e “guru” da administração de empresas), consideram diversos aspectos do livro em comparação com o surgimento e manutenção de um “novo espírito do capitalismo (BOLTANSKY & CHIAPELLO, 1999): sem chefes autoritários e hierarquias “desnecessárias”; criativo e inovador; em permanente mudança; adaptável e flexível; autorregulado. A ACD possibilita observar o contexto de produção de um texto, discurso, e suas relações com a produção e reprodução da ordem social. No caso do livro em específico, os autores ressaltam elementos trazidos por Kerner que reforçam princípios de legitimidade de um novo capitalismo: ser flexível e criativo seriam condições necessárias, e suficientes, para se tornar bem-sucedido. Esse discurso é, sobretudo, moral (prescritivo) e expõe fronteiras entre gerentes e trabalhadores adaptados a um novo contexto e aqueles que não. No caso dos textos que compõem o corpus aqui analisado há elementos semelhantes: a representação do trabalho docente é de que é um trabalho flexível, criativo e adaptado a mudanças.

Outro ponto importante é o silêncio dos textos à pergunta: quem são os alunos do *E-learning*? Essa questão não é tocada em nenhum dos textos analisados, mas é possível inferir que, dada a situação estrutural da desigualdade em um país como o Brasil, somente indivíduos em classes médias ou médias-altas podem se dar “ao luxo” de buscar um professor particular (retomo esse ponto a partir das entrevistas). Partindo desse pressuposto, é possível colocar em tela que o fato de aprender de “maneira flexível e divertida” é também uma distinção social.

4.2 Questionário e Entrevistas: Variações do mercado

As respostas dos questionários aplicados entre metade de junho e metade de agosto de 2020, apesar de não constituírem uma amostra representativa da população, podem dar pistas sobre as características do grupo de professoras e professores dos sites de educação particular. Em termos demográficos, os 11 respondentes se autodeclararam brancos, conforme classificação do IBGE (Instituto brasileiro de Geografia e Estatística); entre 19 e 38 anos; 6 mulheres e 5 homens; com renda média familiar mensal de 4 a 10 salários mínimos. Em relação à formação acadêmica, 10 respondentes afirmaram ter o ensino superior completo (sendo que uma delas estava concluindo o curso), nas mais diversas formações: Ciências Sociais, História, Biologia, Direito, Matemática, Física e

⁴⁴ https://books.google.com.br/books/about/Evolve.html?id=eEV4xwEACAAJ&redir_esc=y, acesso em 27 de agosto de 2020.

Francês. A maioria dos professores afirmou ter pós-graduação: mestrado ou especialização. Apenas três afirmaram não ter tido experiência com pesquisa ao longo da graduação, ou seja, constituem um grupo com escolaridade elevada.

A maioria dos respondentes trabalhou com a educação básica e superior, entre 6 meses (estágio no ensino público estadual), e 9 anos (concurso na educação superior), o que demonstra heterogeneidade na experiência docente e vínculos trabalhistas, sendo que, no momento atual, metade de 2020, alguns continuaram trabalhando com educação (8). As formas de contratação, no entanto, são diferenciadas: contratos temporários, CLT, concurso público e um dos professores como MEI.

Em relação aos sites de professores particulares, os respondentes afirmam que possuem cadastro ativo em ao menos um, e até 10, mantendo esses cadastros como forma de complementar renda (8 dos 11), aumentar experiência como docente (2 dos 11) e divulgar conhecimento (1 dos 11). O número de horas dedicadas na semana para planejamento e execução das aulas (que no momento da pandemia ocorriam, segundo a maioria, em plataformas como *Skype*, *Zoom* e *Google Hangouts*), variou entre zero (professores sem alunos) e 30. O valor das horas/aula variou entre R\$ 30,00 (Direito) e R\$ 70,00 (Biologia), representando entre 0% e 100% do orçamento pessoal. A grande demanda dos alunos, ao procurar esse grupo de professores, foi a necessidade de reforço escolar (6 dos 11 respondentes).

Esses dados iniciais demonstram grande variedade no tempo destinado aos sites, e pagamentos. Enquanto uma das professoras respondentes afirmou dedicar 30h semanais em mais de 10 sites de ensino particular, retirando 100% de seu orçamento destas plataformas, outros professores, apesar de manterem cadastro ativo, não tinham alunos no momento em que responderam o questionário. A maioria estava empregada, para além da plataforma, e, em grande parte, na própria educação. Essas situações indicam que as plataformas de *E-learning*, ao contrário de outros setores da economia do compartilhamento, ainda não constituem alternativas de renda efetivas. As professoras e professores que mantêm cadastros ativos tendem, na maioria, a dedicar pouco, ou nenhum, tempo de sua semana de trabalho a aulas particulares.

4.2.1 “A voz é meu instrumento de trabalho”

Complementei os dados dos questionários com entrevistas abertas e em profundidade com dois professores, Tiago⁴⁵ e Lucas. Dada a situação da pandemia da COVID-19 as entrevistas foram marcadas e realizadas por meio virtual (*Google Meets*), e duraram entre 40 minutos e 1 hora, e foram gravadas. Os tópicos abordados estão disponíveis no anexo 4 (roteiro da entrevista).

Tiago possui 24 anos, é formado em Matemática por uma Universidade Pública e atualmente cursa o mestrado na mesma instituição (realizando dissertação sobre o tema da formação de professores em matemática). Iniciou sua vida acadêmica no curso de Publicidade, mas pelo fato de querer ser professor e facilidade com ciências exatas, acabou por trocar de curso em 2015, formando-se em 2019.

Durante a graduação teve diversas experiências como docente: estágio com a educação de jovens e adultos (EJA), foi bolsista da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP)⁴⁶, dando aula no ensino fundamental e médio, voluntário em cursinhos pré-vestibulares de educação popular e, ao fim da graduação, com um grupo de professores particulares (2018). Esse último trabalho se mantém até hoje, mas, com a pandemia, a demanda dos alunos foi reduzida. Tiago apontou que esse emprego possibilitava rendimentos que giravam em torno de R\$ 400,00 a R\$ 1500,00. Com a demanda escassa, dada a paralisação das escolas, no entanto, teve que recorrer a outras possibilidades. Neste contexto, realizou a assinatura do plano Premium do Profes, em julho de 2020, apesar de ter o cadastro ativo “há muito tempo”. Esse plano possibilita maior visibilidade para o anúncio e tem o custo mensal de R\$ 59,90. Após fazer o cadastro e pagar o valor, Tiago pensou em expandir sua assinatura para seis meses, mas, como me afirmou “apareceram tantos alunos”, que acabou por cancelar a assinatura e manter apenas um cadastro gratuito no site (com menos visibilidade).

Tiago chegou ao site do Profes porque estava com dificuldades com uma das disciplinas da graduação e contratou um professor particular, por sugestão da namorada. Ou seja, havia sido aluno particular antes de se tornar professor. Segundo ele, uma das vantagens da plataforma, em comparação com o Superprof, por exemplo, é que nela existem “várias maneiras de se promover”: responder questões, escrever textos, entre outras. O site também produz um ranking de professores, sendo que, após cancelar o

⁴⁵ Os nomes dos entrevistados são fictícios, de modo a garantir a confidencialidade das informações.

⁴⁶ <http://www.obmep.org.br/>, acesso em 22 de agosto de 2020.

Plano Premium, Tiago estava em 142º lugar na matemática. Durante a assinatura chegou a estar entre os 30 melhores o que, segundo ele, dá uma “sensação legal”.

No momento da entrevista, Tiago tinha cinco alunas particulares (além de trabalhar em cursinhos pré-vestibulares, de forma remunerada e voluntária – educação popular). Quatro de estado São Paulo e uma da região metropolitana de Porto Alegre/RS. Três das alunas iriam tentar o vestibular de medicina, uma estava na Aeronáutica e outra na graduação. Cada aluna tem, geralmente, mais de uma aula por semana e, em média, o valor cobrado por hora gira em torno de R\$ 50,00, mas com descontos para quem realizar planos de ensino com mais tempo (R\$ 200,00 por mês). Esse modelo de aulas, para ele, torna o rendimento mais garantido, ao contrário de aulas pontuais (caso do reforço escolar). O pagamento é realizado através de transferências bancárias, dado que o boleto gerado pelo próprio site possui uma taxa de 12% para o aluno e de R\$ 4,00 para o professor.

Tiago aponta que possui uma metodologia de aulas pronta, mas adaptável ao contexto, ou seja, aos objetivos das alunas: “aula particular é isso, tem que se moldar aos objetivos dos alunos”. Geralmente, revisa e faz junto com elas provas de vestibulares passados. Com o *Skype*, realiza as aulas (que são gravadas) utilizando uma mesa digitalizadora (quadro negro virtual), que adquiriu após iniciar as aulas particulares. Fora do momento das aulas, mantém o celular ligado para responder dúvidas. Tiago ressalta que a preparação das aulas é necessária, principalmente a revisão das questões, para que não se perca no momento da exposição:

Aquela tropeçada, aquela gaguejada, aquele não sei para onde ir, não gosto, me deixa mal, e eu acho que também marca um pouco o aluno. Baixa a qualidade da aula, e isso faz o aluno não gostar tanto, ou as vezes preferi não continuar com as aulas. Estou tentando manter meus alunos agora (risos) (Tiago, professor).

Sobre as diferenças entre o ensino particular e a educação tradicional (em sala de aula), Tiago aponta que a principal vantagem do ensino particular seria poder dar aulas de casa, a conexão com a internet também possibilitou “abrir fronteiras”: dar aulas para pessoas em outros estados. Aulas com grupos maiores, em sala de aula, para Tiago, são mais desgastantes, quando comparadas às aulas particulares: “quando é tu e uma pessoa só é muito mais fácil prender a atenção dela”. Neste sentido, entender os objetivos, limitações e capacidades, o que seria mais difícil em uma sala de aula com mais alunos. O desgaste físico também é ressaltado por ele: “uma coisa que tenho percebido é que minha garganta tem sofrido menos”. Esse ponto é importante dado que: “a voz é meu

instrumento de trabalho, praticamente”, “sendo autônomo, a gente tem que se cuidar ainda mais”.

Especificamente sobre o ponto de ser autônomo (Tiago possui uma MEI), é importante perceber que “ficar duas semanas parado” significa duas semanas sem rendimento, o que é impossível, apesar do apoio dos pais. Tiago aponta que apesar de ter uma Carteira de Trabalho há mais de seis anos, e trabalhar há cinco, ela ainda não foi preenchida: “está numa gaveta aqui em casa”. Ao mesmo tempo, no entanto, como está no mestrado, ele ressalta que o trabalho como autônomo possibilita maior liberdade, em “fazer seu próprio horário” e “cancelar o cadastro em um site”. Há, nesse sentido, o paradoxo entre a insegurança e a liberdade do trabalho. Esse ponto retorna na entrevista, na medida em que Tiago aponta que “a minha geração, a nossa geração, não conhece outro regime de trabalho”, e que essas formas de trabalho são precarizadas. Ele relata que outras oportunidades de trabalho na educação também se dão através do contrato como autônomo (MEI), e não pela CLT, ou seja, o trabalho precarizado não se restringe às plataformas digitais, mas tem a ver com mudanças mais gerais da economia e do emprego em um contexto de transformação do capitalismo.

Lucas tem 28 anos, é licenciado em História por uma Universidade Pública e pela instituição concluiu o mestrado e atualmente cursa o doutorado. Durante o mestrado teve bolsa do CNPQ, no valor de R\$ 1500,00, porém, após a conclusão do curso (no início de 2018), e ter passado na seleção do doutorado, não conseguiu bolsa de pesquisa e ficou sem trabalho: “Então, auxiliei na formatação de trabalhos, orientei alguns alunos de uma faculdade particular, nos seus TCCs, administração, o que foi bom que é bem interessante, né? Não digo que foi agradável, mas foi interessante e eu cheguei a me inscrever no Superprof”. Ao longo do ano de 2018, quando estive no “limbo”, Lucas realizou atividades de supervisão e correção de trabalhos “por fora” e se cadastrou no Superprof. Em 2019, conseguiu o emprego de professor de história e geografia em uma escola particular na região metropolitana de Porto Alegre/RS, aonde se mantém até hoje.

Durante o período em que realizou o cadastro no Superprof até o momento da contratação como CLT na escola, Lucas não recebeu nenhum contato para aulas na plataforma. Ele atribuiu o fato por duas razões: não ter uma conta paga na plataforma, o que garante maior visibilidade para o anúncio (“Novamente se o cara tiver uma conta, talvez dá uma mudança, né? ”); e o fato de sua disciplina ser a história, geralmente não prestigiada tanto pelos currículos oficiais quanto pelas escolas:

Principalmente português e matemática, inglês, às vezes, com certeza, teria mais pessoas procurando química, é porque assim? Vamos convenhamos, história, eu pensava e é por experiência em sala de aula: eles não levam muito a sério, eles [alunos] ficam preocupados com ciências, com matemática, com português, né? História, geografia, filosofia, artes. Então, pior ainda. Porque artes é realmente eles boicotam? Tem alunos que não fazem, sabe? E normalmente não são matérias que são tão valorizadas para uma aula particular. No meu colégio, não existe reforço de história, só esse ano (Lucas, professor).

Conforme o professor, a sua disciplina é “desvalorizada” em seu próprio colégio, dado que não existiam aulas de reforço. Somente com a pandemia e maiores dificuldades dos alunos, mas também por imposição da escola (“como forma de recuperar o sábado letivo”), a disciplina passou a ter mais atenção. Neste sentido, Lucas trata de revisar o próprio trabalho com alunos que possuem mais dificuldades. Sobre as diferenças entre aulas particulares e a sala de aula, ele destaca que a sala de aula possibilita maior dinâmica (discussões), mas é um processo mais lento (porém, recompensador), enquanto as aulas particulares é possível maior foco no desenvolvimento de competências de cada aluna/aluno:

Trabalho em grupo direto, as minhas aulas são basicamente isso, eu levo um texto a gente interpreta, discute, muitas vezes. Ahm mas acaba, né? Que em grupo ele é um pouquinho mais moroso o processo aí de aqui em particular ele é um pouquinho mais rápido. Aí eu acho que é mais a condição porque tu tá bem aproximado (Lucas, professor).

Apesar de não ter tido contatos para aulas particulares, Lucas manteve o cadastro ativo na plataforma. Em 2020, segundo ele, um aluno o procurou, mas ele acabou não aceitando devido a sua carga horária de trabalho na escola. O aluno em questão era médico e estava fazendo “por esporte” o curso de filosofia em uma universidade particular da capital. O contato foi para ajudar na “interpretação de textos” da filosofia, ou seja, uma função de tutor.

A diferença de status formal (no currículo brasileiro) entre as disciplinas dos entrevistados parece explicar a extensão da procura de aulas particulares e o formato destas. Se Tiago (Matemática) teve que parar de pagar o cadastro premium no Profes, porque já tinha muitos alunos, Lucas (História) teve apenas um contato para aulas particulares, em três anos na plataforma do Superprof. Enquanto no caso do primeiro, as aulas enfocavam, sobretudo, em provas de seleção (vestibular, ENEM), no segundo, o foco era aprender “por esporte”. Como coloquei na introdução, também tive cadastro na plataforma Superprof, entre o final do mestrado e início do doutorado. Neste período, tive duas alunas (uma de São Paulo capital e outra de Porto Alegre/RS). Assim como Lucas, as alunas me procuraram com o intuito de ter um “tutor”, ensinar sobre política e atualidades. Dei aulas por cerca de um mês, de forma presencial e EAD, orientando o

planejamento didático de acordo com esses objetivos, “traduzindo”, como especialista, notícias recentes e acontecimentos como material de estudo sociológico e político.

A discussão que parece subjacente, a partir destes dados, é como os clientes (estudantes) percebem as diferentes disciplinas e o que esperam delas. O fato das ciências humanas, de modo geral, serem preteridas em reformas curriculares e falas de autoridades públicas, no Brasil e em outros países (MERCCKLÉ, 2014) (da esquerda⁴⁷ e da direita⁴⁸, claro que com peso “normativo” diferenciado), são refletidas no mercado das aulas particulares. Disciplinas mais “tradicionais” como matemática e português acabam sendo as balizadoras das avaliações de qualidade da educação (MESQUITA, 2012), mas também necessárias para seleções em vestibulares, ENEM e concursos públicos.

4.2.2 Discussão

A partir dos dados dos questionários, é possível observar que o perfil geral dos professores particulares (respondentes) com cadastro nas plataformas Superprof e Profes é de profissionais com alta escolarização formal (mestrado, especialização), que buscam dar aulas como forma de complementar renda, possuem outro trabalho (geralmente na educação) e são das mais diversas áreas acadêmicas. Em geral, os alunos que os procuram tendem a buscar reforço escolar. A variação no número de horas e aulas trabalhadas se dá em função de diversas variáveis, mas pode se explicar, talvez, pelo status formal das disciplinas de formação e o tipo de perfil cadastrado. Professores com contas pagas tendem a ter mais alunos do que professores sem as mesmas, e essa diferença é originada pelas próprias plataformas, com seus algoritmos que dão maior visibilidade para os pagantes.

As entrevistas em profundidade com dois professores de nível de formação e idade semelhantes, mas áreas diferentes, possibilita uma comparação entre disciplinas no contexto do mercado (ou circuito econômico) das aulas particulares. O status diferenciado de disciplinas exatas e humanas, construído e reproduzido nos currículos e em falas de autoridades públicas, se faz sentir na procura diferenciada de fornecedores (docentes) e no formato das aulas pretendidas pelos clientes (alunos). No entanto, apesar dessas diferenças, é possível observar que mesmo o docente com mais alunos (Tiago) vive e se reconhece em uma situação de emprego precário: “Estou tentando manter meus alunos

⁴⁷ <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/09/bom-dia-brasil-entrevista-dilma-rousseff.html>, acesso em 27 de agosto de 2020.

⁴⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/bolsonaro-propoe-reduzir-verba-para-cursos-de-sociologia-e-filosofia-no-pais.shtml>, acesso em 27 de agosto de 2020.

agora”. O paradoxo se dá entre a liberdade (de poder determinar os próprios horários) e a insegurança e situação precária (de não poder ficar doente e/ou perder a voz).

5. Considerações Finais

Neste trabalho, analisei duas plataformas da economia do compartilhamento na educação (setor de *E-learning*): Profes e Superprof. Em um contexto de profundas mudanças do capitalismo, desde ao menos a década de 70, e precarização do trabalho, empresas da economia do compartilhamento se apresentam como alternativas de emprego. Caracterizam-se pela produção de bens intangíveis, relações (LIMA & BRIDI, 2019), e baseiam-se, conforme declarações de seus executivos, nos princípios da confiança interpessoal e oportunidades de complemento de renda (KAYE-ESSIEN, 2019): no caso de Profes e Superprof, as relações vendidas são aulas particulares. Conforme Slee (2017), estas bases não se sustentam empiricamente, dada a situação de que os algoritmos utilizados por empresas como Uber e AirBnb tendem a reforçar desigualdades sociais e raciais pré-existentes, bem como os “colaboradores” destas empresas tendem a não se vincular a elas como forma de “complementar renda” ou aproveitamento de capacidades subutilizadas, mas como principal meio de obter rendimentos.

As formas de trabalho nestas plataformas (Uber em especial) tornaram-se verbo e conceito sociológico: uberização (FRANCO & FERRAZ, 2019), na medida em que avançam sobre outros setores. A característica básica da uberização é a venda da força de trabalho em que os riscos, e os meios de produção, são transferidos da empresa para o trabalhador. Cobrando taxas sobre corridas (Uber), hospedagem (AirBnb), aulas (Udemy), entre outras atividades, sem pagar impostos ou garantir direitos trabalhistas mínimos, a economia do compartilhamento tem capacidade de acumulação de lucros sem precedentes (SLEE, 2017).

As transformações do capitalismo, no entanto, como colocam Boltansky & Chiapello (1999), não se dão somente ao nível estrutural: precarização do trabalho, privatização do Estado, entre outros fatores, mas através dos discursos de legitimação. As mudanças no processo de acumulação de capital são legitimadas através de uma série de pressupostos que são expostos e incorporados através de diferentes níveis: desde o discurso de responsabilidade fiscal (por parte do Estado), até o discurso de flexibilidade e empreendimento de si (por parte dos trabalhadores). No caso da educação pública, Venco (2019) demonstra, através do estudo do caso da rede estadual paulista, como os dois pontos (mudanças estruturais e de discurso) se interconectam: por um lado, a precarização do trabalho através de contratações temporárias de professores e aumento da carga horária de professores concursados; por outro, a diferenciação discursiva e subjetiva dos professores: aqueles que reclamam, aqueles que se resignam e aqueles que

“são a escola”. A autora conclui que esses achados indicam uma condição de “quase-uberização” da educação (VENCO, 2019, p.13).

A uberização da educação e/ou inserção da economia do compartilhamento na educação, no entanto, são fenômenos multifacetados, que podem ser apropriado empiricamente pela pesquisa sociológica de distintas formas: (a) observação dos fenômenos de contratação dos professores por tempo determinado, aumento da carga horária de trabalho, uniformização de currículos e standardização das avaliações; (b) mudanças da própria educação, através da inserção de empresas da economia do compartilhamento, facilitando relações de compra e venda de aulas entre professores e alunos. Ou, mesmo, (c) a interseção entre tecnologia e formas de contratação, em formato flexível, tais como a Uber e outras empresas. No segundo caso (b), que foi objeto deste trabalho, as pesquisas têm focado, sobretudo, nas experiências de alunos.

Trabalhos como o de Schor et al (2016) e Carfagna (2018) tratam da economia do compartilhamento na educação a partir da observação participante e entrevistas com alunos/as em plataformas digitais que tratam de ensinar conhecimentos do empreendedorismo. Os achados das autoras demonstram que essas plataformas (estudantes e professores) se constituem enquanto circuitos econômicos (em formação) no sentido descrito por Zelizer (2010). Ou seja, tendem a se basear em relações sociais distintas entre indivíduos específicos, atividades compartilhadas exercidas por meio dessas relações e, principalmente, uma fronteira separando membros do circuito de não membros. Essas fronteiras são construídas, sobretudo, através de uma distinção entre a educação formal/tradicional e os empregos formais/tradicionais e os conhecimentos produzidos através da inovação e do empreendedorismo. O paradoxo desta fronteira, conforme Schor et al (2016), se dá entre a abertura e a distinção, dado que todos “podem estar” no grupo, mas para se “distinguir” são necessárias aceitações tácitas e explícitas dos princípios do empreendedorismo e do risco: o que Abilio (2019) chama de autogerenciamento subordinado.

Empiricamente, considerei três fontes de dados para analisar as plataformas digitais de economia do compartilhamento (Profes e Superprof): (1) textos produzidos pelas mesmas como “dicas” para os professores, (2) um questionário estruturado que teve apenas 11 respondentes e (3) entrevistas abertas e em profundidade com dois professores que possuíam cadastro nos sites no momento da escrita do trabalho.

A análise da primeira fonte, através da Análise de Conteúdo (com desenho indutivo), possibilitou a observação de quatro classes de excertos dos textos das plataformas: didática, financeiro, internet e conectividade e marketing pessoal. De modo geral, o que pude constatar é que estes produzem uma representação do professor particular ideal: dinâmico, flexível, atento a vender a si próprio, e que esse achado coaduna com os outros trabalhos anteriormente citados (SCHOR et al, 2016; CARFAGNA, 2018). O professor que emerge das “dicas” é, em si, uma fronteira demarcada entre o ensino propugnado pelas plataformas e a educação dita tradicional, em sala de aula. A produção desta representação coaduna com o que Silva (2018), considera o processo de estetização da educação. Neste sentido, a ACD, enquanto ferramenta metodológica, possibilita a observação destes textos, discursos e representações em um contexto de produção e reprodução de uma ordem social específica.

A partir dos questionários e entrevistas, foi possível traçar um perfil dos professores que possuíam cadastro em alguma dessas plataformas. Em geral, são profissionais com alta escolarização, que realizam os cadastros como forma de complementar renda. O sucesso deste objetivo pode ser explicado pela disciplina que ministram (seu status formal) e o fato de possuírem ou não um perfil pago (com mais visibilidade). Esses dados foram acessados através de entrevistas em profundidade com dois professores que possuíam cadastro: Lucas e Tiago. Os dois, com formações e idades parecidas, tiveram experiências bastante diferentes. Enquanto Lucas (História) teve apenas uma chamada de aula, Tiago (Matemática) acabou por ter de parar de pagar seu perfil porque já estava tendo alunos demais. A fala de Tiago possibilitou observar que essa forma de trabalho, autônomo, é avaliada através de dois signos: a liberdade (de determinar o próprio horário e o número de alunos) e a precariedade (não se dar ao luxo de ficar sem voz e estar sempre atento aos chamados dos/as alunas/os, mesmo que por mensagens em aplicativo fora do horário de aulas).

Esses achados podem contribuir para a análise da economia do compartilhamento na educação e em como os discursos e representações que estas produzem sobre o que seria “um professor ideal” encontram ressonâncias na ação dos docentes cadastrados. De outro lado, é possível explorar como as aulas particulares podem servir como aprofundamento de desigualdades pré-existentes, quando observados os perfis dos alunos que tem acesso a essas plataformas. Em um contexto de pandemia, com o fechamento de escolas como política de isolamento social, aprofunda-se o fosso entre escolas públicas e privadas e a posse de distintos capitais objetivos e objetivados (computador, acesso à

internet, entre outros), o acesso e possibilidade de ter aulas particulares demonstra-se como mais um fator de distinção nas disputas por diplomas e reconhecimento social (OLIVEIRA, 2020). Aliado a esse contexto, é necessário considerar também iniciativas como a tentativa de regulamentar o *homeschooling* (ensino domiciliar), cerceamento de liberdades de discussão (projetos como o “escola sem partido”), e ataque às Ciências Humanas, de modo geral, neste bojo. Como esses elementos podem ser apropriados em uma discussão sociológica acerca da economia do compartilhamento e o *E-learning* são pontos para uma agenda futura de pesquisas.

6. Referências Bibliográficas

- ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019.
- ALEIXO, Mariah Torres. Do crime passional ao feminicídio: assassinatos de mulheres e Antropologia das Emoções no Correio do Povo. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 18, n. 53, p. 55-69, agosto de 2019
- ARAÚJO DO VALE, Andréa. Trabalho Docente no Setor Privado da Educação Superior e a Reforma Trabalhista: Destruição de Direitos e Precarização da Vida. **Education Policy Analysis Archives**, v. 28, 2020.
- BARBOT, Janine. Conduzir uma entrevista face a face. In: PAUGAM, Serge (org.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 102-123.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- _____. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papyrus Editora, 2011.
- CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.
- CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. **Revista Brasileira de História**, v. 28, n. 55, p. 153-170, 2008.
- CARFAGNA, Lindsey 'Luka'. Learning to share: Pedagogy, open learning, and the sharing economy. **The Sociological Review**, v. 66, n. 2, p. 447-465, 2018.
- CERVI, Emerson. Análise de conteúdo automatizada para conversações em redes sociais online: uma proposta metodológica. **Trabalho apresentado no 42º Encontro da ANPOCS**, Caxambu, 2018.
- CHIAPELLO, Eve; FAIRCLOUGH, Norman. Understanding the new management ideology: a transdisciplinary contribution from critical discourse analysis and new sociology of capitalism. **Discourse & society**, v. 13, n. 2, p. 185-208, 2002.
- DAYRELL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc**, p. 1105-1128, 2007.
- DE ARAÚJO, Marley Rosana Melo; DE MORAIS, Kátia Regina Santos. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 20, n. 1, p. 1-13, 2017.

DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

FAIRCLOUGH, Norman. Critical discourse analysis. In: **The Routledge Handbook of Discourse Analysis**. Routledge, 2013.

FRANCO, David Silva; FERRAZ, DEISE LUIZA DA SILVA. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 17, n. SPE, p. 844-856, 2019.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: História e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.

HIRATA, Helena. Globalização, trabalho e gênero. **Revista de Políticas Públicas**, v. 9, n. 1, p. 111-128, 2015.

_____. Reorganização da produção e transformação do trabalho: uma nova divisão sexual? In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34; Fundação Carlos Chagas, 2002.

JODELET, Denise et al. Représentations sociales: un domaine en expansion. **Les représentations sociales**, v. 5, p. 45-78, 1994.

KAYE-ESSIEN, Charles Wharton. ‘Uberization’ as Neoliberal Governmentality: A Global South Perspective. **Journal of Asian and African Studies**, p. 0021909619894616, 2019.

KE, Qing. Service providers of the sharing economy: who joins and who benefits?. **Proceedings of the ACM on Human-Computer Interaction**, v. 1, n. CSCW, p. 1-17, 2017.

LAHIRE, Bernard. Reprodução ou prolongamentos críticos?. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 78, p. 37-55, 2002.

LIMA, Jacob Carlos; BRIDI, Maria Aparecida. TRABALHO DIGITAL E EMPREGO: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. **Caderno CRH**, v. 32, n. 86, p. 325-342, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo editorial, 2015.

MENDES, Felismina Rosa Parreira et al. Representações sociais dos estudantes de enfermagem sobre assistência hospitalar e atenção primária. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 69, n. 2, p. 343-350, 2016.

MERCKLÉ, Pierre. As ciências sociais francesas diante das reformas do ensino. **Revista Brasileira de Sociologia-RBS**, v. 2, n. 3, p. 39-54, 2014.

MESQUITA, Silvana. The results of the Ideb in everyday school life. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 20, n. 76, p. 587-606, 2012.

MIRANDA, Victor Garcia. A linguagem e a agenda: uma análise de correspondência de discursos relacionados à Emenda da Reeleição (1995-1997). **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 26, n. 1, 2017.

NÓBREGA, José Aderivaldo Silva. Elementos para se pensar sobre a didática da Sociologia no ensino médio. **Em Debate**, n. 14, p. 101-121, 2015.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 132, p. 625-646, 2015.

OLIVEIRA, Amurabi. As desigualdades educacionais no contexto da pandemia do COVID-19. **Boletim Ciências Sociais e o Coronavírus (ANPOCS)**, nº 85, 2020.

RATINAUD, Pierre. IRaMuTeQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires. **Téléchargeable à l'adresse: <http://www.iramuteq.org>**, 2009.

REINERT, Max. Alceste une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurelia De Gerard De Nerval. **Bulletin of Sociological Methodology/Bulletin de Méthodologie Sociologique**, v. 26, n. 1, p. 24-54, 1990.

RUIZ RUIZ, Jorge. Análisis sociológico del discurso: métodos y lógicas. **Forum Qualitative Research Methods**, 10 (2), Art.26, 2009.

SCHOR, Juliet B. et al. Paradoxes of openness and distinction in the sharing economy. **Poetics**, v. 54, p. 66-81, 2016.

SLEE, Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Elefante, 2017.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. Estetização pedagógica, aprendizagens ativas e práticas curriculares no Brasil. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 2, p. 551-568, 2018.

SILVA, Tarcizio. Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código. **COMUNIDADES, ALGORITMOS E ATIVISMOS DIGITAIS**, p. 121, 2019.

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 43, p. 25-34, 2000.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

TEO, Peter. Racism in the news: A critical discourse analysis of news reporting in two Australian newspapers. **Discourse & society**, v. 11, n. 1, p. 7-49, 2000.

VENCO, Selma. Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil?. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00207317, 2019.

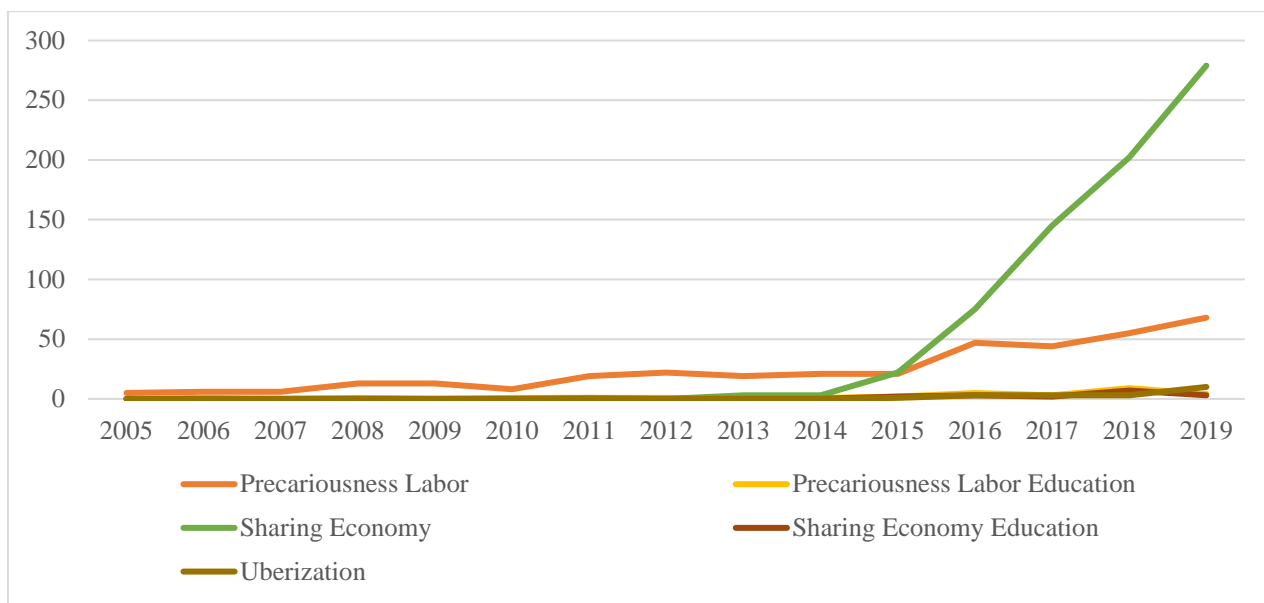
_____. Terceirização nos tempos do cólera: o amor do setor público à precariedade. **Argumentos Pró-Educação**, v. 1, n. 3, 2016.

WEBER, Max. **Ética protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZELIZER, Viviana A. **Economic lives: How culture shapes the economy**. Princeton University Press, 2013.

7. Anexos:

Anexo 1: Gráfico Precarização e trabalho docente (*Web of Science*)



Fonte: Elaboração própria, a partir da plataforma *Web of Science*.

Anexo 2: E-mail enviado para os sites de professores particulares

Boa tarde,

Sou estudante de licenciatura do curso de Ciências Sociais da UFRGS, e atualmente estou realizando meu trabalho final de curso.

Estou estudando os sites e plataformas que possibilitam a contratação de professores particulares, como novas formas de compartilhamento de conhecimento e oportunidades para professores.

Um dos passos principais da pesquisa é a realização de questionário com os docentes, e, para isso, gostaria de saber se o site poderia enviar para seus professores o seguinte link:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSceNmT1I95UkPmmokFUr_89AH2Ysirl2-IQ5vnQHvL1F6suNg/viewform?usp=sf_link

Trata-se de uma pesquisa acadêmica, logo o anonimato é garantido e os dados servirão apenas para a realização do trabalho final de curso.

A ajuda do site seria extremamente importante.

Desde já, grato

Bruno Marques Schaefer

Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4377238P7>

e-mail: brunomschaefer@gmail.com

Anexo 3: Questionário

[Pesquisa: Trabalho Docente e os sites de professores\(as\) particulares](#)

Este questionário é parte de uma pesquisa desenvolvida no contexto de conclusão de licenciatura do aluno Bruno Marques Schaefer (<http://lattes.cnpq.br/9571650216784483>), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O objetivo da pesquisa é analisar a experiência de professores e professoras em sites que possibilitam a contratação de serviços de professores particulares. As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente no âmbito acadêmico, garantido o anonimato dos(as) respondentes. O endereço de e-mail é solicitado para que, posteriormente, o(a) respondente seja contatado para entrevista posterior, se assim se disponibilizar. Ao final do questionário, pode-se negar essa solicitação.

Endereço de e-mail *

Informações pessoais:

1) Qual seu gênero? *

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não dizer

2) De acordo com os critérios de autoclassificação racial do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), como você se autoclassifica em termos de cor/raça? *

- Preta
- Branca
- Amarela
- Parda
- Indígena
- Prefiro não dizer

3) Qual seu ano de nascimento? *

4) Como você classificaria sua faixa de renda familiar? *

- Até 2 salários mínimos (Até R\$ 1.576,00)
- Entre 2 e 4 salários mínimos (De R\$ 1.576,01 a R\$ 3.152,00)
- Entre 4 e 10 salários mínimos (De R\$ 3.152,01 a R\$ 7.880,00)
- Entre 10 e 20 salários mínimos (De R\$ 7.880,01 a R\$ 15.760,00)
- Mais de 20 salários mínimos (R\$ 15.760,01 ou mais)
- Prefiro não dizer

5) Possui graduação? *

- Sim
- Não

6) Qual sua área de formação na graduação? *

7) Qual o ano de sua formação na graduação? *

8) Possui pós-graduação? *

- Sim
- Não

9) Se possui pós-graduação, qual o nível mais alto concluído? *

- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

10) Qual a ano de formação na pós-graduação nível mais alto? *

11) Qual o tipo de instituição que você passou (passa) mais tempo durante sua formação no ensino superior? *

- Pública Federal
- Pública Estadual
- Privada
- Outro:

12) Qual o nome da instituição que você passou (passa) mais tempo durante sua formação no ensino superior? *

13) Trabalhou(a) com pesquisa ao longo da formação no ensino superior? *

- Sim
- Não

Trabalho Docente

14) Você já lecionou no ensino básico (ensino fundamental e/ou ensino médio)? Ou no ensino superior? *

- Sim
- Não
- Outro:

15) Se a resposta acima foi afirmativa, por quanto tempo? *

16) Continua a trabalhar no ensino básico ou no ensino superior? *

- Sim
- Não
- Outro:

17) Se trabalhou/trabalha no ensino básico ou ensino superior, qual a rede que está contratado(a)? *

- Municipal Pública
- Estadual Pública
- Particular (Ensino Básico)
- Federal Pública
- Particular (Ensino Superior)
- Estadual Pública (Ensino Superior)
- Outro:

18) Qual o tipo de contratação? *

- CLT
- Contrato temporário
- Concurso Público
- MEI (Micro Empreendedor Individual)
- Outro:

19) Qual seu emprego atual? *

20) Qual a probabilidade de que você se mantenha no seu emprego atual pelos próximos 12 meses? *

1 2 3 4 5

Muito Seguro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Pouco Seguro
--------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	--------------

21) Qual é a dificuldade de seu empregador o substituir pelos próximos 12 meses? *

1 2 3 4 5

Muito difícil (não serei substituído)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Pouco difícil (meu emprego não está garantido)
---------------------------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	--

Sites de professores(as) particulares

Questões financeiras

22) Há quanto tempo você está trabalhando no site de professor(a) particular? *

23) Em quantos sites você possui cadastro ativo? *

24) Qual foi seu objetivo ao entrar nesses sites? *

- Complementar renda
- Aumentar minha experiência como docente
- Divulgar conhecimento
- Todas as alternativas
- Outro:

25) Com quantos alunos você já trabalhou nos sites? *

26) Quantas horas/aula você dá em média, por semana, a partir do site? *

27) Quantos alunos, em média, você possui durante a semana? *

28) Quanto tempo você se dedica, ao longo da semana, ao(s) site(s) (entre aulas, deslocamento e planejamento)? *

29) Qual o valor de sua hora aula? *

30) Os valores das aulas particulares representam quanto de seu orçamento mensal (%)? *

31) As aulas dadas por você, através do(s) site(s), são ministradas como? *

- EAD (Skype, Zoom, outras ferramentas)
- Na casa do(a) aluno(a)
- Na sua casa
- Todas as alternativas
- Outro:

32) Seus alunos particulares residem na mesma cidade que você? *

- Sim
- Não
- Outro:

Sites: Prática Docente

33) Qual seu nível de satisfação com o(s) sites? *

1 2 3 4 5

Muito satisfeito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Pouco satisfeito
------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	------------------

34) Quais as principais demandas dos alunos(as) que procuram suas aulas? *

- Reforço escolar (ensino básico)
- Reforço escolar (ensino superior)
- Estudos sobre atualidades
- Estudos para concurso
- Estudos para seleção em pós-graduação
- Estudos pré-vestibular

- Outro:

35) Como você define sua prática docente no(s) sites? Quais as principais metodologias aplicadas por você em termos didáticos? *

36) Você dá aulas para grupos no Superprof? *

- Sim
 Não

37) Qual seu nível de concordância com a frase: "É melhor quando o professor – não o aluno – decide que atividades devem ser realizadas" *

1 2 3 4 5

Concordo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Não concordo
----------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	--------------

38) Qual seu nível de concordância com a frase: "Meu papel como professor é o de facilitar que investigações sejam feitas pelos próprios alunos". *

1 2 3 4 5

Concordo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Não concordo
----------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	--------------

39) Qual seu nível de concordância com a frase: "Os professores sabem muito mais do que os alunos; eles não deveriam deixar que os alunos desenvolvam respostas que podem estar incorretas quando podem simplesmente explicar as respostas diretamente. " *

1 2 3 4 5

Concordo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Não concordo
----------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	--------------

40) Qual seu nível de concordância com a frase: "Os alunos devem ter a possibilidade de pensar soluções para problemas práticos antes de o professor lhes mostrar como devem ser solucionados." *

1 2 3 4 5

Concordo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Não concordo
----------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	--------------

Você pode ser contatado posteriormente para entrevista semi-estruturada? *

- Sim
- Não
- Talvez

Muito obrigado.

Agradeço muitíssimo sua disponibilidade para responder esse questionário. Auxiliará muito na evolução da pesquisa.

- Envie para mim uma cópia das minhas respostas.

Anexo 4: Tópicos Entrevista Aberta

Introdução – Apresentação, Explicação da Pesquisa, Objetivos e Confidencialidade.

Trajetória.

Plataformas: Como chegou aos sites?

Alunos: Qual o perfil dos alunos? Quais as demandas? Contatos com pais?

Didática: Metodologia das aulas.

Situação geral: Precarização e empreendedorismo.

Futuro.